

RELATÓRIO E CONTAS 2024



Índice

1 Relatório de Gestão

1.1 Perfil	3
1.2 Relato de Informação Financeira de 2024	10
1.3 Demonstração de Sustentabilidade	14
1.4 Relato da Atividade em 2024	15
1.5 Factos Relevantes Ocorridos após a Conclusão do Período	19
1.6 Perspetivas para o Ano 2025	19
1.7 Outras Informações Relevantes	21
1.8 Gestão do Risco	22
1.9 Agradecimentos	24
1.10 Proposta de Aplicação de Resultados	24

2 Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

25

3 Informação Financeira

27

3.1 Demonstrações Financeiras	28
3.2 Anexo	35

4 Relatórios de Fiscalização

90

4.1 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	91
4.2 Certificação Legal de Contas (Auditores Estatutários)	91

1 Relatório de Gestão

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Gestão e Contas, que refletem a atividade económica e financeira e não financeira da nossa sociedade durante o exercício de 2024.

1.1 Perfil

Identificação da sociedade

Designação da Entidade:
Construções Gabriel A. S. Couto, SA

Sede:
Rua S. João de Pedra Leital,
1000 – 4770 -464 Vila Nova de Famalicão

Natureza da atividade:
Exploração da atividade de construção civil e obras públicas.

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:
Maria Helena Freitas Couto

Secretário:
Alcino Alves Correia da Cruz

Conselho de Administração

Presidente:
Carlos Alberto Freitas do Couto

Administradores:
António Gabriel Freitas Couto
Avelino Jorge da Silva Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente:
José Luis Pinto de Azevedo

Vogal:
Maria Gabriela Freitas Couto
Alcino Alves Correia da Cruz
Marta Liliana Gomes Veiga
Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial de Contas

Efetivo:
Armindo Costa, Serra Cruz,
Martins e Associados SROC
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Carlos do Sul Ribeiro – ROC

Suplente:
António Serra Cruz– ROC

Certificações

O crescente nível de exigência dos clientes, o reconhecimento das competências organizacionais, a diminuição dos riscos laborais, a proteção ambiental e o cumprimento do acervo legal nacional e comunitário aplicável à nossa atividade, têm sido os vetores que suportam a necessidade de sistemas de gestão orientados para os processos e para a sua melhoria contínua, dentro da Gabriel Couto.

Neste alinhamento, e dando cumprimento à estratégia seguida temos os seguintes sistemas implementados e certificados:



2001
CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE PELA ISO 9001:2000
"Produção de Misturas Betuminosas"



2005
EXTENSÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE PELA ISO 9001:2000 AO ÂMBITO
"Conceção e construção de obras públicas e obras de construção civil e conceção e produção de misturas betuminosas incluindo obras em consórcio"



2006
EXTENSÃO DA CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA PELA NP 4397



2007
EXTENSÃO DA CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELA NP EN ISO 14001



2008
MARCAÇÃO CE DAS MISTURAS BETUMINOSAS (1ª empresa em Portugal)
Diretiva dos Produtos da Construção 89/106/CE



2010
MARCAÇÃO CE DE AGREGADOS
Diretiva dos Produtos da Construção 89/106/CE

2011
CONCESSÃO DA ACREDITAÇÃO DA NP EN ISO/IEC 17025:2005 NO LABORATÓRIO CENTRAL DA GABRIEL COUTO (LCGC)



2017
TRANSIÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO DA QUALIDADE E AMBIENTE PARA OS REFERENCIAIS NORMATIVOS NP EN ISO 9001:2015 E NP EN ISO 14001:2015



2020
MIGRAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SST) PARA O REFERENCIAL NORMATIVO ISO 45001:2019



2024
CONCESSÃO DA ACREDITAÇÃO DO LCGC PARA A NORMA NP EN ISO/IEC 17025:2018
Norma de ensaio NP EN 12390-3 – Resistência à compressão de provetes de betão

Apresentação e História

Com a sua **fundação em 1948**, a Gabriel Couto começou cedo a investir forte numa **estratégia de expansão e diversificação** em novas áreas de negócio, participando, à época, diretamente em diversas empresas que gradualmente lhe permitiram a entrada e sequente expansão em novos mercados da fileira da Construção e Obras Públicas.

O **Grupo Gabriel Couto está hoje fortemente implantado em Portugal e além-fronteiras**. Para além da construtora sediada em V.N. de Famalicão, tem participações na COMASA, geotecnia, reabilitação e reforço de estruturas; ABRICAL, exploração de pedreiras e britagem; a PARQF, exploração de parques de estacionamento; EUROSCUT,

Sociedades Concessionárias das SCUTS do Algarve e Norte Litoral. Paralelamente a todas estas áreas, está também na promoção imobiliária, onde a empresa tem, historicamente, uma presença significativa, mantendo uma relação especial com a empresa PONTALTA, fundada em 1974, com uma estrutura acionista comum.



No plano da **internacionalização**, a empresa tem participações em sucursais espalhadas por **África**, em países como **Angola, Moçambique, Gana, Zâmbia, Senegal e Cabo Verde**, bem como na **América Central**, nas **Honduras**, na **Nicarágua** e em **El Salvador**, países onde desenvolve ou desenvolveu diversos projetos, quase todos financiados pelas mais importantes multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo Soberano dos Estados Unidos (MCC), entre outros.

No seu plano estratégico de diversificação, o Grupo Gabriel Couto encontrou, assim, uma forma adequada para uma resposta positiva aos muitos e complexos desafios que o setor da construção e do desenvolvimento económico enfrentam em tempos muito conturbados e com a economia mundial em permanentes convulsões.

A sua identidade organizacional representada pela **Missão, Visão e Valores** são o propósito do Grupo. Cresceram para assegurar uma correta resposta às exigências dos clientes como garante da sua missão de uma forma sustentada, com qualidade, através de recursos qualificados, diferenciadores e inovadores.

O **setor de engenharia da Gabriel Couto é altamente qualificado** e considerado capaz de ombrear com a concorrência de países mais desenvolvidos e, como tal, é reconhecido internacionalmente como uma empresa de excelência.

Rigor, integridade, transparência, eficiência, sustentabilidade, ética e a inovação são os valores que sustentam dignamente a História da Gabriel Couto, enquanto a visão passa, sobretudo, por manter uma referência de prestígio na área da construção civil e obras públicas e assegurar a melhoria contínua dos seus processos, níveis de rentabilidade e da criação de valor.



Visão - Do que queremos ser no futuro

Ser uma referência de prestígio na área da construção civil e obras públicas, reconhecidos por gerir e desenvolver o talento e as competências dos seus trabalhadores como fator competitivo e diferenciador, assegurando desta forma a melhoria contínua dos seus processos, dos níveis de rentabilidade e da criação de valor.



Missão - A nossa razão de existir

Assegurar uma correta resposta às exigências dos clientes, sempre de uma forma sustentada, com qualidade e rigor, e através de recursos qualificados diferenciadores e inovadores, de forma a permitir uma rentabilidade de negócio atrativa.

Valores - Valores que sustentamos

Os valores da Gabriel Couto são o Rigor, a Integridade, a Transparência, a Eficiência, a Sustentabilidade, a Ética e a Inovação.

Código de Ética e Conduta e Sistema de Compliance

No cumprimento do disposto na legislação aplicável, a Gabriel Couto tem em vigor a Política de Integridade, onde inclui, nomeadamente o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o seu Código de Conduta e Ética e regula o tema da proteção de denunciante. Durante o ano de 2023 foi publicado o primeiro relatório de execução da Política de Integridade, com referência ao ano de 2022.

A Política de Integridade tem como propósito definir os princípios de atuação e deveres aplicáveis aos trabalhadores da Gabriel Couto e outros parceiros com vista a prevenir a prática de atos ilícitos, nomeadamente crimes de corrupção, de branqueamento e de financiamento do terrorismo, e a promover a ética, a integridade e a transparência na realização de negócios, assegurando o cumprimento da legislação e dos regulamentos em vigor.

A Política de Integridade é aprovada pelo Conselho de Administração, será periodicamente revista e é divulgada a todos os colaboradores, tratando-se de um documento de leitura obrigatória, e está disponível no sítio da internet da Gabriel Couto.

Esta Política reforça a política de tolerância zero relativamente a práticas de corrupção ou suborno, clarifica a proibição de pagamentos de facilitação e detalha os princípios relacionados com a prevenção de conflitos de interesses, donativos e patrocínios, contribuição para partidos políticos e prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, assim como as orientações no que diz respeito à integridade de terceiros, ao relacionamento com pessoas politicamente expostas, à aceitação e atribuição de ofertas e de convites para eventos e à monitorização de sanções internacionais.

É de realçar que o Código de Conduta e Ética estabelece o conjunto de princípios, valores e regras de atuação de todos os dirigentes e trabalhadores em matéria de ética profissional, tendo em consideração as normas penais referentes à corrupção e às infrações conexas e os riscos de exposição da entidade a estes crimes.

No âmbito do Código de Conduta e ética são identificadas as condutas intoleráveis, nomeadamente:

- Discriminação em função da idade, género, origem, etnia, orientação sexual, crença religiosa e política, classe social, condição de portador de deficiência;
 - Recurso a trabalho infantil;
 - Recurso a práticas de trabalho forçado;
 - Práticas ilícitas;
 - Não respeito pela proteção dos dados pessoais;
 - Divulgar informação confidencial e/ou privilegiada;
 - Uso de substâncias psicoativas nas instalações da Gabriel Couto e ao serviço da Gabriel Couto;
 - Tratamento preferencial a qualquer cliente ou fornecedor;
 - Utilizar informação da Gabriel Couto para proveito próprio;
 - Exercer atividade profissional externa que conflitue com os interesses da Gabriel Couto e/ou que interfira com as suas obrigações.
- No Código de Conduta e Ética

são identificadas as sanções disciplinares que, nos termos da lei, podem ser aplicadas em caso de incumprimento das regras nele contidas e as sanções criminais associadas a atos de corrupção e infrações conexas.

No ano de 2024 não foram registadas quaisquer infrações ao Código de Conduta e Ética.

Adicionalmente, e de acordo com os requisitos legais, a Política de Integridade designa o Responsável pelo Cumprimento Normativo, neste caso o Provedor da Política de Integridade, e disponibiliza um canal específico para apresentação de denúncias neste âmbito.

Em 2024, não foram recebidas quaisquer denúncias.

No âmbito da apresentação de denúncias, a Política de Integridade reforça os princípios de não retaliação e da confidencialidade.

A Política de Integridade está coordenada com Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, que se desdobra e é a base dos vários instrumentos de gestão, nomeadamente o orçamento anual e prestação de anual de contas, que inclui o relatório de gestão, que acabam por ser as ferramentas executivas de implementação das boas regras de compliance.

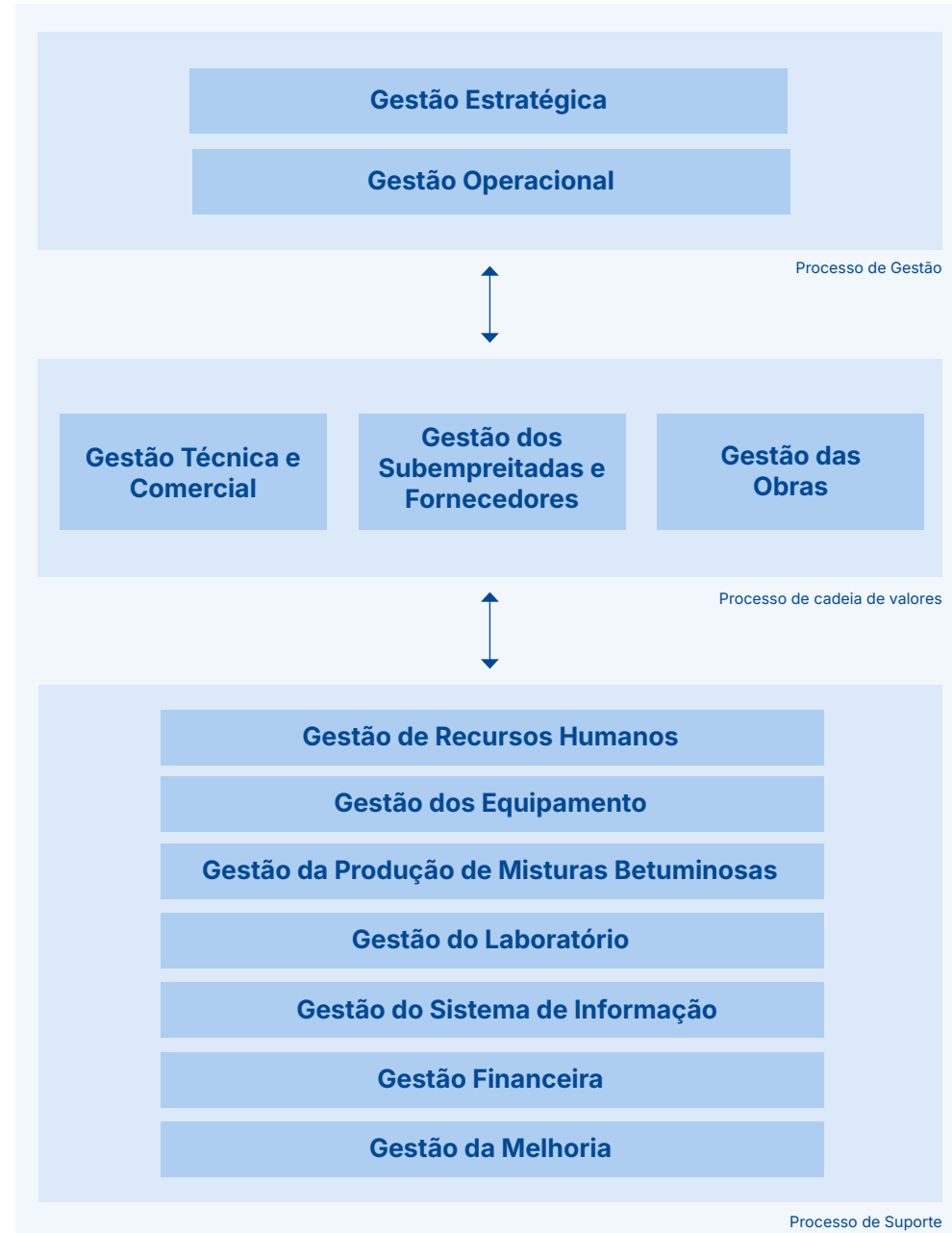
Organização

A Gabriel Couto está organizada funcionalmente com base em departamentos competindo à Administração assegurar o cumprimento das diretrizes do sistema de gestão, nomeadamente através do cumprimento dos requisitos legais, contratuais, normativos, e outros definidos internamente, aplicáveis, disponibilizando para isso os recursos necessários.

A Gabriel Couto utiliza um sistema de gestão orientado por processos designado por Modelo de Processos:

Esta rede de processos foi definida de acordo com os princípios da identidade organizacional – visão, missão e valores – e para dar resposta à política de gestão e objetivos estratégicos, indo de encontro a toda a cadeia de valor da organização.

Necessidades e expectativas das partes interessadas



Necessidades e expectativas das partes interessadas satisfeitas

1.2 Relato de Informação Financeira de 2024

Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

Em 2024, a economia global apresentou sinais de estabilização após os choques inflacionistas e energéticos de anos anteriores. O crescimento económico manteve-se moderado, com o FMI a estimar uma expansão mundial de cerca de 3,2 %, refletindo a resiliência quer das economias avançadas (+1,7%), como os Estados Unidos (+2,7%), uma recuperação mais lenta da Zona Euro (0,8%), quer das economias em desenvolvimento (4,2%). A inflação global iniciou um ciclo de desaceleração, permitindo aos principais bancos centrais, como a Reserva Federal e o Banco Central Europeu, considerarem uma reversão gradual das políticas monetárias restritivas adotadas desde 2022. Ainda assim, os conflitos geopolíticos (nomeadamente a guerra na Ucrânia e tensões no Médio Oriente)

e a fragmentação do comércio internacional continuaram a pesar sobre o investimento e a confiança dos mercados.

Portugal manteve um desempenho económico positivo em 2024, com um crescimento do PIB em 1,9 %, superando a média da Zona Euro. Este resultado foi impulsionado por uma forte dinâmica no setor do turismo, pelo investimento público apoiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e por uma evolução favorável das exportações de serviços. A inflação abrandou para valores próximos de 2,4 %, permitindo maior alívio nos orçamentos familiares e das empresas. O mercado de trabalho manteve-se robusto, com uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, desafios como a escassez de mão-de-obra qualificada, a pressão sobre os salários e os elevados preços da habitação continuaram a marcar o panorama económico nacional.

Em Portugal, o setor da construção continuou a crescer em 2024, embora a um ritmo mais moderado. Estima-se que a produção tenha aumentado cerca de 3,0 %, sustentada sobretudo pela engenharia civil (+5,1%), nomeadamente projetos públicos relacionados com habitação acessível, transportes e energias renováveis, financiados

pelo PRR. A taxa de crescimento da construção de habitação nova desacelerou, refletindo o impacto das taxas de juro elevadas, dificuldades de licenciamento e uma oferta limitada de terrenos. O setor enfrentou ainda pressões significativas relacionadas com custos de mão-de-obra e escassez de profissionais qualificados. Apesar destes obstáculos, o setor mantém-se como um pilar relevante da economia portuguesa, representando cerca de 7% do emprego e com perspetivas positivas a médio prazo, impulsionadas por investimentos estruturais e fundos comunitários.

Principais Indicadores da Atividade em 2024

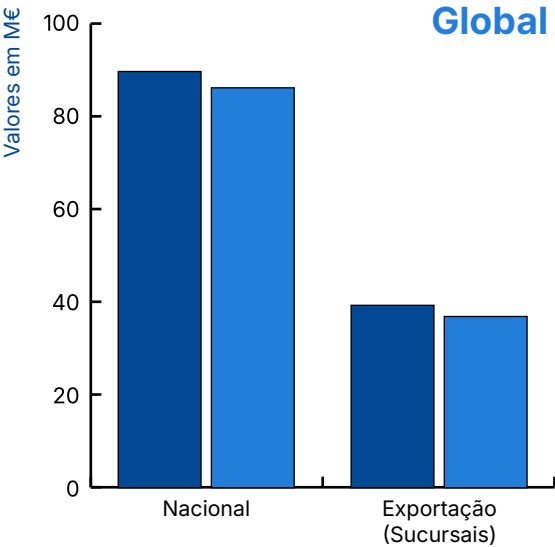
A empresa registou em 2024 um valor de vendas e prestação de serviços de 128,8 M€, dos quais 39,4 M€ no mercado externo (30,5% do total).

A atividade em Portugal teve um aumento em 2024 face a 2023 em 4,0% (4,7% no total), sendo os principais contributos as obras de construção civil (Quinta do Pinheiro, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Taga Urbanic)

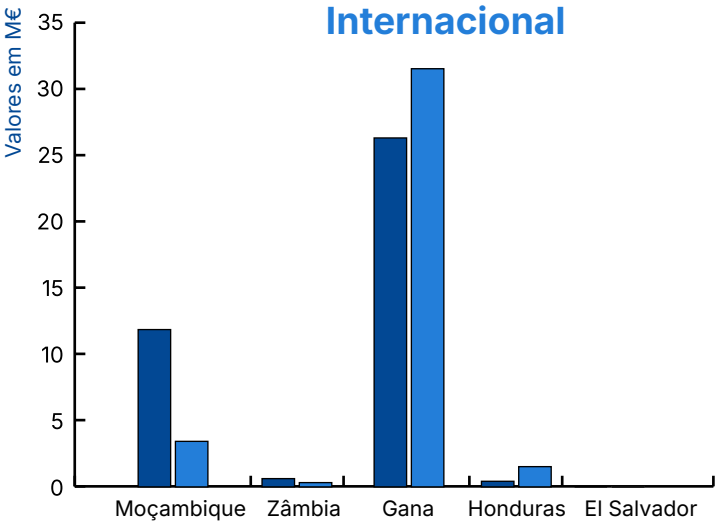
e obras de infraestruturas rodoviárias (EN14 – Maia/Trofa 2ª/3ª Fase).

No ano de 2024 verificou-se um aumento da atividade internacional (+6,5%), com principal destaque para o mercado de Moçambique, com o arranque de uma nova obra de construção civil (Banco de Moçambique) e apesar de ainda existirem limitações para o arranque em pleno da obra da CCSJV

(LNG – Área 1). Destacamos, também, a obra de infraestruturas rodoviárias no Gana, que apesar da menor atividade, continuou a ser significativa.



2024	89,5	39,4
2023	86,1	37,0
Var.	4,0%	6,5%



2024	11,9	0,7	26,3	0,5	0,0
2023	3,5	0,4	31,5	1,6	0,0
Var.	235,3%	86,0%	-16,3%	-71,2%	-85,2%

Recursos Humanos

O número médio de trabalhadores em 2024, de 382 em Portugal, 143 em Moçambique, 31 na Zâmbia, 1 nas Honduras e 237 no Gana.

É preocupação da empresa que a todos eles sejam facultadas ações de formação, reforçando e dotando-os de novas competências, com o objetivo de melhorar continuamente o desempenho e a qualidade do trabalho prestado.

Políticas de Qualidade, Segurança e Ambiente

A empresa possui políticas de Qualidade, Segurança e Ambiente perfeitamente definidas e certificadas pela APCER.

Esta é uma inequívoca vontade e orientação da administração da empresa, ciente da sua importância como instrumento do sucesso da nossa organização.

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de caráter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 332.545 Euros.

Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.



Breve análise económica e financeira

O ano de 2024 permitiu um aumento do volume de negócios para 128,8M€ devido ao incremento da atividade no mercado nacional e internacional. Este aumento de atividade contribuiu para um aumento do EBITDA para 13,4M€. Esta melhoria de resultados, conjugada com a manutenção das depreciações e dos resultados financeiros, permitiu um aumento dos resultados líquidos para um valor positivo de 4,0M€.

No que respeita aos rácios mais relevantes da atividade, realçamos um aumento da autonomia financeira para 24,8%, uma redução do rácio de liquidez geral para 1,13 e uma manutenção do rácio Dívida Líquida/Ebitda em x3,0 quando comparado com o ano anterior.

Situação perante o Estado e a Segurança Social

A empresa mantém com o Estado e a Segurança Social a situação perfeitamente regularizada.

	2024	2023	2022	2021	2020
Principais Indicadores financeiros					
Volume de Negócios	128,9	123,1	104,2	103,8	102,9
MEP e imparidades	0,2	1,4	0,2	0,2	0,0
EBITDA	13,4	12,5	7,7	9,1	7,7
Resultados Financeiros	-5,4	-5,3	-3,4	-4,0	-2,9
Resultado Líquido	4,0	3,0	0,2	0,4	1,1
Principais rácios da atividade					
Autonomia Financeira	24,8%	22,4%	21,7%	22,1%	23,3%
Liquidez Geral	1,128	1,171	1,195	1,293	1,216
Dívida Líquida / EBITDA (a)	3,0	3,0	5,1	2,8	3,8

(a) Em 2023 verificou-se uma alteração de procedimento de cálculo dos financiamentos obtidos, com a inclusão dos adiantamentos de factoring. Nos anos de 2019-2022 procedeu-se ao cálculo proforma deste valor com base no procedimento de 2023.

(valores em euros M €)

1.3 Demonstração de Sustentabilidade

A Gabriel Couto tem-se dedicado de maneira contínua e proativa para aprimorar as suas práticas de sustentabilidade e transparência, alinhando-se às mais recentes exigências da União Europeia no que se refere à sustentabilidade corporativa. A introdução da *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) reflete um marco significativo e, apesar do Pacote Omnibus (26-fev-2025) proposto pela Comissão Europeia que visa alterar as exigências relacionados com a aplicação de CSRD, nomeadamente reduzir o âmbito de abrangência para empresas apenas com mais de 1.000 trabalhadores, mesmo assim, decidimos continuar com o caminho já traçado. Assim, optamos por **antecipar e adotar voluntariamente as novas diretrizes**, reafirmando o nosso compromisso com a sustentabilidade e as melhores práticas empresariais.

Desde o início de nossa jornada, em 2024, avançamos para consolidar e estruturar a nossa informação de sustentabilidade, com ênfase nas questões de impacto ambiental, social e de governança (ESG). Em preparação

para os desafios futuros e como parte da nossa estratégia de longo prazo, incorporamos a **Avaliação de Dupla Materialidade** (DMA), que permite identificar e priorizar os aspetos mais relevantes para as nossas operações e cadeia de valor. Essa avaliação é central para a compreensão de riscos, oportunidades e impactos que orientam a nossa abordagem em relação à sustentabilidade.

Este relatório de 2024, preparado com base nas exigências da CSRD (Diretiva UE 2022/2464), apresenta um avanço significativo em relação ao ano anterior, com dados mais estruturados, confiáveis e comparáveis. Além disso, o relatório abrange para além das Divulgações Gerais, os **temas materiais** decorrentes da avaliação da dupla materialidade, nomeadamente: Alterações Climáticas, Utilização dos Recursos e Economia Circular, Própria Mão-de-Obra, Trabalhadores na Cadeia de Valor, Conduta Empresarial e Transição Digital - Cibersegurança, Automação e Inovação. Como tal, procuramos não apenas atender às novas exigências regulamentares, mas também fortalecer a nossa

posição e ser uma referência em práticas empresariais responsáveis e transparentes, através de um caminho contínuo de melhoria e crescimento.

O nosso compromisso com a sustentabilidade é firme e este relatório é um reflexo do nosso esforço constante para integrar esses princípios nas áreas das nossas operações, assegurando que a nossa jornada para cumprir com as novas exigências da CSRD seja um fator de transformação para a Gabriel Couto e para todos os nossos *stakeholders*.

No âmbito da Demonstração de Sustentabilidade, implementamos as diretrizes da CSRD, bem como os requisitos específicos das Normas Europeias de Relatório de Sustentabilidade (ESRS).

Ver mais em [Relatório de Sustentabilidade 2024](#)

1.4 Relato da Atividade em 2024

Para a Gabriel Couto o ano de 2024 confirmou-se como mais um ano de crescimento da sua atividade, devido, por um lado, à consolidação do mercado nacional, e por outro lado, ao dinamismo das suas operações em África, nomeadamente, no Gana e em Moçambique.

As suas principais atividades são desenvolvidas em Portugal e pelas suas sucursais nas áreas da construção civil e das infraestruturas.

Construção Civil

Em Portugal as principais atividades de construção civil foram:

Conjunto habitacional em Montenegro:

Adjudicado à Gabriel Couto e cofinanciado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e integrado no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), destina-se a realojamento de 49 famílias, que residiam na Praia Faro, ao abrigo de um arrendamento apoiado pela Câmara Municipal de Faro.

Reabilitação do Bairro da Boavista – Fase 3 em Lisboa:

A Gabriel Couto concluiu em novembro de 2024 a Empreitada Reabilitação Urbana da zona de alvenarias do Bairro da Boavista, Fase 3 para a Câmara Municipal de Lisboa. A obra tem como finalidade a construção de 50 apartamentos no Bairro da Boavista, em Lisboa, distribuídos pelos 5 Lotes, nos 10 Prédios com área bruta de construção de 4 590 m² e 7 arruamentos com a extensão total de 566 metros. A solução construtiva teve como base a construção de apartamentos com a tipologia de T1 a T4 com o acesso direto ao exterior, sem a necessidade de zonas

de circulação comuns. No âmbito da iniciativa Eco-Bairro e no âmbito do (PRR), esta iniciativa integra-se no plano global de urbanização do bairro da Boavista. A entrada em casa será realizada pelo jardim da frente, com passagem pela horta urbana caracterizada pelo canteiro cultivável exterior pelos moradores, com o elevado potencial incentivo para interação social.

Construção do Edifício Cubic Apartments:

Localizado junto ao Parque dos Maninhos na Av. 5 de Outubro, Cidade da Maia, com 24 moradias T2 e T3 minuciosamente trabalhadas, com áreas entre os 114 e os 165 m², cada uma equipada com garagem fechada (Box), a CUBIC personifica uma qualidade ímpar e uma localização imbatível.

Construção do empreendimento residencial

Docks em Matosinhos: O Docks Matosinhos, situado na interseção entre a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco e a Rua Roberto Ivens, é composto por um único edifício com 31 unidades, das quais 14 são T1 e 17 T2. Com áreas que variam entre 53 m² e 114 m², o edifício inclui estacionamento subterrâneo e um espaço dedicado a serviços, oferecendo uma excelente qualidade de vida numa localização privilegiada. A sua proximidade ao

mar e a um grande centro urbano, bem como a excelente rede de transportes e vias de acesso, fazem desta localização uma opção ideal para quem procura o equilíbrio entre a vida citadina e o ambiente costeiro.

Reconstrução do icónico Hotel Garantia em Vila Nova de Famalicão:

Estamos empenhados em honrar o legado do edifício e, ao mesmo tempo, impulsioná-lo para um novo capítulo, pois possui um profundo valor sentimental para muitos. A revitalização do Garantia Hotel transcende a mera reabilitação; é uma prova do nosso compromisso em preservar a história e a sua cultura arquitetónica.

A construção do Hotel Moov Matosinhos Sul:

Situado na Avenida da República, o empreendimento terá uma área aproximada de 1.776 m², apresentando um design inovador que engloba 143 quartos e 45 apartamentos T1 e T2 distribuídos por 10 pisos. Este projeto marca a maior unidade hoteleira do prestigiado grupo Endutex.

Construção do Condomínio Panorama Setúbal, para o cliente Sweetachievement: Trata-se de um condomínio privado que dispõe de apartamentos contemporâneos e Garden Vilas, de 1 a 3 quartos, com layouts open-room, permitindo que cada pessoa transforme a sua nova casa de acordo com as suas necessidades e sonhos. Inclui comodidades exclusivas como um terraço comum com piscina, ginásio, estacionamento e receção. Situado na zona noroeste de Setúbal, o Condomínio PANORAMA é a melhor opção para quem procura ter o seu pequeno paraíso longe do barulho, mas não quer perder o estilo de vida energético e vibrante da cidade.

Edifício Green Plaza – Quinta do Loureiro: mais um empreendimento construído pela Gabriel Couto que promete moldar o horizonte de Carcavelos, Cascais. A prestigiada empreitada de construção do Green Plaza – Quinta do Loureiro, composta por 39 apartamentos, foi-nos adjudicada pela Inspired Orbit. Green Plaza – Quinta do Loureiro é um testemunho da inovação arquitetónica e da vida moderna. A empreitada abrange a execução integral do projeto de Construção de Edifício Residencial.

Construção dos Edifícios 2 e 3, comércio, estacionamento, praça e exteriores, das Residências Universitárias da Universidade de Lisboa: Trata-se da maior residência universitária do país. A obra tem como finalidade dotar a Universidade de residências para os seus estudantes e dentro do próprio perímetro da cidade Universitária podendo desta forma garantir o bem-estar dos estudantes pela maior proximidade das habitações às faculdades. O projeto engloba a construção de um parque de estacionamento com cerca de 490 lugares para automóveis e 39 motociclos. Sobre esse parque desenvolver-se-á uma praça com espaços de lazer e comércio que permitirá oferecer uma nova vivência aos utilizadores do espaço. Os edifícios de residências terão 566 camas distribuídas por 141 quartos no edifício 2 e 228 no edifício 3.

Construção de um novo conjunto habitacional, o Oeiras Golf & Residence: Este empreendimento contará com dois edifícios, cada um com 22 apartamentos de luxo. O projeto apresenta várias tipologias desde T2 a T4, com áreas que variam entre 102 e 196 metros quadrados. Dedicamo-nos a fornecer construção de alta qualidade com atenção aos detalhes e à precisão.

Cada etapa da construção deste projeto residencial reflete o nosso compromisso com a excelência, sempre com o foco nas comodidades modernas que melhoram o conforto e a conveniência.

Construção na Quinta do Pinheiro no Porto: Empreendimento Quinta do Pinheiro, no coração do Porto, desenvolvido para o Montepio Geral Associação Mutualista. Com uma área de construção de 22.329 m², este projeto contará com 117 apartamentos e 192 lugares de estacionamento, atendendo essencialmente ao mercado de arrendamento e respondendo às necessidades habitacionais dos associados do Montepio.

Construção para a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa: Com a construção de 2 edifícios para a Santa Casa da Misericórdia, o empreendimento consta de dois modernos edifícios residenciais e comerciais, abrangendo uma área de construção superior a 6.300 m². Implantado num lote de 1.700 m², o projeto inclui 32 novos apartamentos, oferecendo uma gama diversificada de tipologias de T0 a T3, adaptadas às diversas necessidades e estilos de vida. Para além dos edifícios executaram-se pavimentação de arruamentos e passeios, bem

como zonas verdes, garantindo uma integração harmoniosa com o tecido urbano de Lisboa. Este projeto destaca o nosso compromisso em oferecer excelência e contribuir para a evolução sustentável e estética das cidades.

Construção do empreendimento “Villas Terra Calma”: Localizado no Carvoeiro - Algarve, consiste num desenvolvimento turístico composto por casas agrupadas em pares. Serão 11 blocos (22 vilas de tipologia T2 com piscina), totalizando cerca de 4.000 m² de construção, num lote com cerca de 22.000 m². Neste empreendimento estão previstos edifícios complementares de apoio, nomeadamente Clubhouse, Yoga e Fitness.

Em Moçambique as principais atividades de Construção Civil foram:

Empreitada de remodelação no edifício da sucursal do Banco de Moçambique em Xai-Xai: apesar da nossa extensa história em Moçambique, que abrange mais de 20 anos com foco em projetos públicos, que vão desde implementações rodoviárias a pontes, sistemas de drenagem, caminhos-de-ferro e aeroportos, temos o prazer de anunciar um marco significativo. O Banco de Moçambique conferiu-nos a honra e a responsabilidade de executar este projeto de Construção Civil no país, que envolve especificamente o tratamento de diversas patologias na sua filial vital de Xai-Xai. Reconhecendo a natureza exigente deste projeto e o seu prazo 'apertado', abraçamo-lo como um novo desafio e uma oportunidade para toda a nossa família Gabriel Couto mostrar o nosso compromisso, esforço e desempenho incomparáveis. A relevância desta infraestrutura para o Banco de Moçambique sublinha a importância do nosso papel em garantir a sua condição ótima.

Infraestruturas

Em Portugal as principais atividades de Infraestruturas foram:

Terceira fase da variante EN14 que se estende desde o interface rodoferroviário da trofa até santana - Vila Nova de Famalicão: Esta nova ligação entre os municípios da Trofa e de Vila Nova de Famalicão, através da construção de uma Nova Ponte sobre o Rio Ave permite ainda a melhoria das acessibilidades ao Hospital da Trofa e à Estação de Caminhos de ferro e a aproximação do tecido industrial envolvente ao centro habitacional e comercial da Trofa. O projeto, avaliado em 17 milhões de euros, assinala uma conquista significativa para a Gabriel Couto e assume especial importância por ser mais uma iniciativa do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Alinhado com o plano mais amplo de melhoria das acessibilidades rodoviárias às zonas empresariais, dando continuidade à 2.ª fase do projeto EN14, Maia (Nó do Jumbo) / Interface Rodoferroviário da Trofa, em curso. A segunda fase da Variante EN14, com uma extensão aproximada de 10 km, apresenta um perfil transversal com faixas 1x1.

O projeto engloba um vasto conjunto de obras de arte, das quais se destacam 5 obras de arte especiais (Ponte sobre o Rio Trofa e 4 Viadutos) com extensão total de 2 000 m e ainda 2 Passagens Inferiores/Agrícolas e 3 Passagens Superiores. Foram aplicadas tecnologias de ponta do tipo "Vigas de Lançamento" na construção de viadutos e pontes, atestando o nosso compromisso com a inovação. Para a GABRIEL COUTO, estes contratos exemplificam a nossa capacidade de realizar projetos de grande escala, exigentes e tecnicamente complexos.

IP2 - Construção da variante nascente de Évora: A intervenção visa a construção de uma nova ligação rodoviária alternativa ao atual troço do IP2, com início no Nó de Évora Nascente da A6/IP7, imediatamente após a praça de portagem, e termina na conexão com o atual IP2, em S. Manços. A Variante terá 12,8 quilómetros de extensão com dupla faixa de rodagem e ao longo do traçado serão construídos res-tabelecimentos desnivelados para a interligação com a rede existente. Está prevista também a construção de oito Passagens Superiores, duas das quais sobre linhas de caminho de ferro.

EN125 - Variante a Olhão: Este projeto, que se estende por cerca de 6 km, visa melhorar o fluxo de tráfego e as condições de segurança, desviando-o do centro da cidade. Ao focar a eficiência da circulação e a segurança rodoviária, esta iniciativa está alinhada com o nosso compromisso de criar infraestruturas que beneficiem as pessoas e o ambiente.

No Gana as principais atividades de Infraestruturas foram:

Projeto e reconstrução da infraestrutura rodoviária Tarkwa-Agona-Nkwanta no Gana: a nossa equipa de engenheiros altamente qualificados e trabalhadores de construção dedicados tem trabalhado diligentemente para dar nova vida à infraestrutura rodoviária, de 66 km, na região de Tarkwa-Agona-Nkwanta. O seu empenho e trabalho árduo são evidentes nos progressos substanciais alcançados até agora. O projeto vai além da mera construção; é um esforço abrangente para melhorar toda a infraestrutura rodoviária. Empregamos tecnologia de ponta e métodos de construção inovadores para garantir que a estrada resista ao teste do tempo. Os recursos de segurança estão sendo integrados e a sustentabilidade está na vanguarda dos nossos esforços. Secções críticas da estrada foram reconstruídas com sucesso, contribuindo para melhorar a conectividade e a acessibilidade na região. À medida que avançamos, o nosso foco continua a ser alcançar mais marcos que beneficiarão diretamente as comunidades locais. Não se trata apenas de construir estradas; trata-se de transformar

vidas. A infraestrutura rodoviária melhorada facilitará um transporte mais fluido, abrindo caminhos para o crescimento económico e um melhor acesso a serviços essenciais. Estamos empenhados em impactar positivamente a vida das pessoas na região de Tarkwa-Agona-Nkwanta. O envolvimento da comunidade tem sido um aspeto fundamental da nossa abordagem. Acreditamos no poder da colaboração e, ao longo deste projeto, procurámos ativamente obter feedback das comunidades locais. À medida que avançamos na estrada, estamos confiantes de que este projeto será um testemunho do que pode ser alcançado através da dedicação, inovação e uma visão partilhada para um futuro melhor.

Em Moçambique as principais atividades de Infraestruturas foram:

Projeto de construção das infraestruturas preliminares para o Empreendimento Global da Área 1 – TOTAL (LNG) na Província de Cabo Delgado: Este empreendimento iniciou-se como Anadarko Mozambique Area 1 Limitada (AMA 1), uma subsidiária da Anadarko Petroleum Corporation, sendo que atualmente os direitos de concessão foram trespassados para a empresa Francesa TOTAL. A construção do empreendimento com um custo global aproximado de \$8000 milhões (USD) sendo o Consórcio Internacional CCS JV (Chicago Bridge & Iron dos Estados Unidos, Chiyoda Corporation do Japão e Saipem de Itália.) a entidade responsável pela construção global do empreendimento. O Consórcio CCS JV adjudicou à Gabriel Couto o projeto - Site Preparation and Earthworks, em 2/12/2019 no valor de \$57.000.000,0 (USD) a construção das infraestruturas preliminares para o Empreendimento Global da Área 1 - TOTAL, materializando-se na construção da rede rodoviária principal de acessibilidades e plataformas logísticas. Este projeto foi suspenso em 2021 por razões de segurança, sendo previsível que o mesmo seja retomado em pleno no 2º semestre de 2025.

Na Zâmbia as principais atividades de Infraestruturas foram:

Projeto de construção de infraestruturas de águas - Construction of the Musakashi North Irrigation Scheme: A obra que a Gabriel Couto está a executar para o Ministério da Agricultura da Zâmbia está em fase de conclusão. Esta obra peculiar consiste na execução de um circuito hidráulico que, a partir de uma tomada de água no Rio Kafué vai bombear até um depósito e a partir daí, por gravidade, irrigar uma área de 1200 Ha. Além deste trabalho e da instalação de todo o equipamento, a Gabriel Couto realizou também todos os movimentos de terra para adequação dos terrenos à atividade agrícola e respetivos caminhos de acesso. Este é um projeto que vai servir mais de 4.000 agricultores e é financiado pelo Banco Mundial. Mais uma vez, as equipas da Gabriel Couto contribuem com o seu trabalho e a sua competência para a melhoria das condições de vida das populações em África. Esta foi a terceira obra levada a cabo pela nossa Empresa na Zâmbia desde 2016, país onde estamos apostados em desenvolver projetos nos próximos anos, decorrendo neste momento a preparação de uma proposta no domínio das energias renováveis.

1.5 Factos Relevantes Ocorridos após a Conclusão do Período

Não temos conhecimento de qualquer facto materialmente relevante, com impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, que tenha ocorrido no período entre o final deste e a presente data.

1.6 Perspetivas para o Ano 2025

O FMI, no World Economic Outlook de abril de 2025, projeta que o PIB mundial cresça 3,2%, ritmo idêntico ao de 2024, com a manutenção do crescimento quer das economias avançadas (+1,8%), quer das economias em desenvolvimento (4,2%). A inflação global recua para uma mediana de 2,1% nas economias desenvolvidas. Os principais riscos estão a ser transferidos do choque energético para a geopolítica comercial—tarifas EUA-China e tensões no Médio Oriente—e para fenómenos climáticos que encarecem bens alimentares.

As projeções de março do Banco de Portugal apontam para um crescimento do PIB de 2,3% em 2025, acima da média da Zona Euro, suportado por investimento público financiado pelo PRR e pela robustez do turismo. A inflação desacelera para 2,3%, convergindo para a meta europeia, e a taxa de desemprego estabiliza perto de 6,4% graças à criação líquida de emprego nos serviços e na construção.

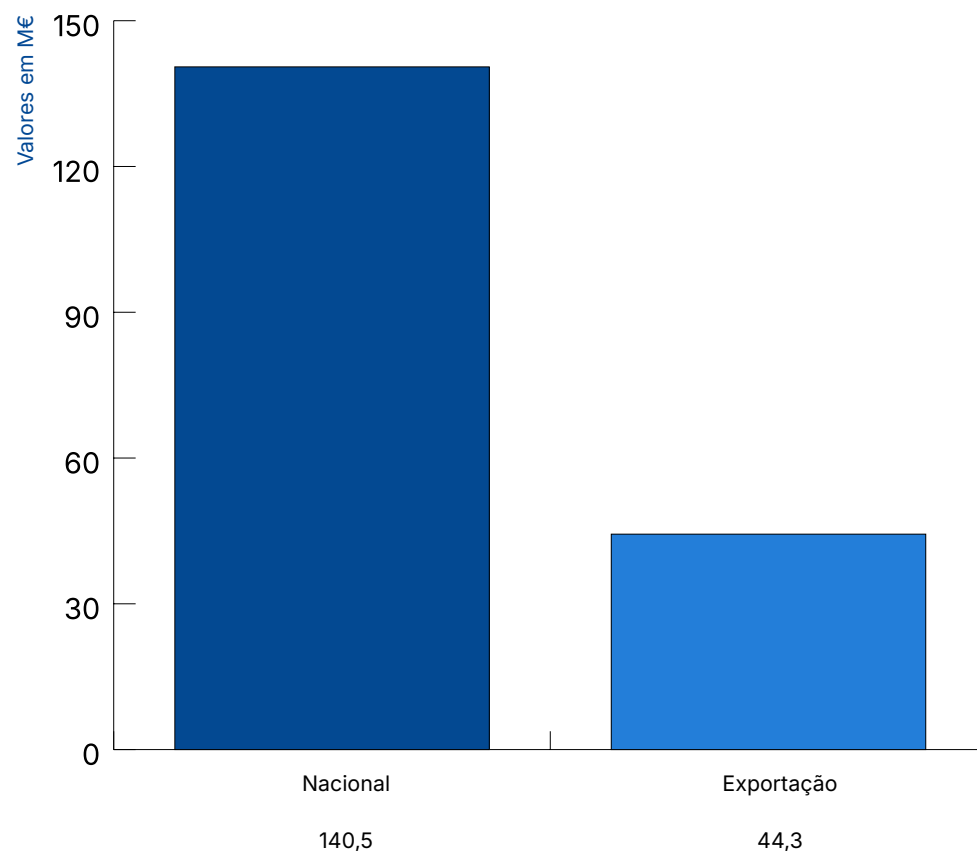
Segundo a AICCOPN, a produção na construção deverá acelerar entre 3% e 5% em 2025, liderada pela engenharia civil com um crescimento previsto entre 5% e 7%, para o qual deverá contribuir a ferrovia (Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa). O licenciamento residencial dá sinais de recuperação com a antecipada descida do custo do crédito, mas continua limitado pela escassez de solo urbano.

A perspetiva da empresa para o futuro próximo, em especial para o ano de 2025, assenta na sua carteira de encomendas.

A carteira ascende a cerca de 184,8 milhões de euros com uma implementação em dois continentes, como resultado de uma estratégia de diversificação dos mercados de internacionalização.

Carteira de Obras

184,8M€ Total



A atividade de construção civil é a principal atividade com 104,5 milhões de euros, enquanto a atividade de vias e infraestruturas atinge cerca de 80,3 milhões de euros. Não está incluído nesta carteira de obras o Lote A do comboio de alta velocidade, uma vez que o closing da operação só ocorrerá em Julho de 2025.

Nos primeiros meses de 2025, importantes obras foram-nos adjudicadas e terão um impacto relevante durante esse ano: Endutex (Hotel Moov – 2ªF), IHRU (Empreitada de construção do conjunto habitacional - Almada).

1.7 Outras Informações Relevantes

A empresa não dispõe de quaisquer sucursais no território nacional. No estrangeiro a empresa tem as seguintes sucursais:

Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal na Zâmbia

Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em Cabo Verde

Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em Moçambique

Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em Honduras

Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em El Salvador

Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em Gana

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. A entidade é detentora de ações próprias, no montante de 500.000,00€.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.



1.8 Gestão do Risco

A Gabriel Couto considera que os fatores de risco que a seguir são identificados são os mais relevantes, pelo que a sua ocorrência poderá ter impactos na sua atividade, na evolução dos seus negócios, nos seus resultados operacionais, na sua situação financeira, nos seus proveitos, no seu património e/ou na sua liquidez, bem como nas perspetivas futuras da Gabriel Couto ou na sua capacidade de atingir os objetivos visados.

Riscos relacionados com a estratégia empresarial

A Gabriel Couto está exposta a riscos específicos do setor e mercados em que atua e tem a sua operação centrada na área de negócio da engenharia e construção, e atuação na Europa, América Central e África, pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas está sujeita a riscos específicos de cada região (por exemplo, riscos associados à cadeia de abastecimento e logística de fornecimentos em certos mercados onde está presente).

A sua estratégia empresarial está assente na diversificação, como forma de mitigar o impacto dos riscos específicos. Assim, foram definidos como principais vetores:

 Diversificação de serviço
- considera-se relevante manter uma carteira diversificada:

- Construção Civil
- Infraestruturas
- Reabilitação e Recuperação

 Diversificação geográfica
- procura de oportunidades em novos países:

- Portugal
- África
- América Central

 Diversificação de clientes – redução do risco de dependência:

- Clientes Privados
- Utilities
- Setor Público

Riscos relacionados com as alterações políticas, sociais, económicas e financeiras, a nível regional e global.

A forte presença em países africanos e centro americanos, alguns marcados por instabilidade política e social, bem como o peso relativo de certos mercados emergentes e das carteiras destas regiões no total da carteira da Gabriel Couto, expõem-na à ocorrência de riscos de natureza conjuntural, política, social, económica e financeira, aferidos sob diferentes dimensões relativamente a cada mercado no qual as sucursais da Gabriel Couto atuam. Em alguns dos países onde a empresa tem atividade poderão ocorrer focos de instabilidade que poderão ter repercussão na evolução do processo de produção.

Acrescem os riscos associados às doenças infecciosas, como o caso de pandemias, que podem ter impacto na atividade da empresa e das suas sucursais internacionais. Estes riscos são mitigados através de uma política de sensibilização para as boas práticas em termos de desinfeção, para a identificação dos casos de infeção e para o respetivo isolamento.

Riscos Taxa de Câmbio

A exposição da Gabriel Couto ao risco cambial resulta da presença de várias Sucursais em diversos mercados. A Gabriel Couto está exposta ao risco de taxa de câmbio, nomeadamente moedas como o Dólar Americano, o Metical Moçambicano, o Kwacha Zambiano, Lempiras Hondurenhas, Cedi Ganês. Este risco, na Gabriel Couto, sintetiza-se de duas formas:

 Risco de transação - risco relativo aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos financeiros registados na demonstração da posição financeira, em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e os fluxos de tesouraria. Este risco tem sido mitigado pela utilização do Euro e do Dólar Americano como as moedas de contrato;

 Risco de translação - riscos relativos a flutuações no valor do capital investido nas sucursais estrangeiras da Construções Gabriel A.S. Couto, S.A., devido a alterações de taxas de câmbio.

Risco taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da Gabriel Couto, maioritariamente denominada em euros.

Não obstante a implementação de uma política de gestão de risco de taxa de juro, a Gabriel Couto não pode antever a evolução das taxas de juro e o seu impacto. Em conformidade, se as taxas de juro aumentarem mais que o esperado ou se as condições de obtenção de novos financiamentos forem mais onerosas, tal poderá afetar negativamente os negócios da Entidade Emitente e/ou os resultados das suas atividades. Estes riscos têm sido mitigados pelo aumento da componente de financiamento a taxa fixa, nomeadamente, nos contratos de locação financeira.

Risco de crédito

A Gabriel Couto está sujeita ao risco de crédito, de natureza operacional e de tesouraria e prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenvolvimento normal das suas diversas atividades, merecendo especial atenção as atividades de prestação de serviços em África e na América Central. Estes riscos têm sido mitigados:

 Pela obtenção de contratos de empreitada com financiamento assegurado pelos principais Bancos Multilaterais (BEI, BCIE, JICA, BAD, MCC, entre outros), bem como, por bancos comerciais internacionais;

 Pela contratação de seguros de crédito com garantia do estado Português para as obras internacionais.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade das empresas da Gabriel Couto para liquidar ou cumprir as suas obrigações no prazo estipulado. Um dos indicadores relevantes para aferir deste risco é o rácio de liquidez, que os últimos anos tem apresentados valores confortáveis.

Como forma de mitigação deste risco tem definida como política, e sempre que possível, que os recebimentos relativos a contratos de empreitada internacionais sejam realizados diretamente em Portugal.

1.9 Agradecimentos

A todos os Colaboradores da empresa, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras que connosco têm colaborado, agradecemos o seu esforço e colaboração, pois estamos certos que sem o seu concurso as dificuldades seriam maiores e o desempenho de menor qualidade.

Aos restantes Órgãos Sociais, bem como ao Revisor Oficial de Contas, os nossos agradecimentos por todo o empenho dispensado à empresa, o que muito nos apraz registar.

1.10 Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos legais e estatutários, propõe-se que o resultado líquido de 2024, no valor de + 4 027 940,63 Euros seja aplicado em Resultados Transitados.

Tal como tem sido política da empresa, não se procederá à distribuição de dividendos aos acionistas a fim de consolidar os Capitais Próprios da empresa.

Vila Nova de Famalicão, 20 de Junho de 2025

O Conselho de Administração,

2 Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 26

CONSELHO FISCAL 26

REVISOR OFICIAL DE CONTAS 26

Participação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no capital de Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, discrimina-se a seguir o número de ações que cada titular declarou possuir à data de 31 de Dezembro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Carlos Alberto Freitas Couto (Presidente do Cons. Administração)
108 932 ações

Maria da Conceição Chaves Veloso Rito Freitas Couto (Esposa do Presidente do Conselho de Administração)
68 932 ações

Avelino Jorge da Silva Oliveira (Vogal do Cons. Administração)
68 932 ações

Maria Helena Freitas Couto (Esposa do Vogal Avelino Oliveira)
108 932 ações

António Gabriel Freitas Couto (Vogal do Conselho Administração)
108 932 ações

Isabel Maria Columbano Pereira da Silva (Esposa do Vogal António Couto)
68 932 ações

CONSELHO FISCAL:

Os membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados, com exceção de Maria Gabriela Freitas Couto, não detêm ações da Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.:

Presidente:
José Luis Pinto de Azevedo

Vogal:
Maria Gabriela Freitas Couto
177 864 ações

Alcino Alves Correia da Cruz
Marta Liliana Gomes Veiga

REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

Os Revisores Oficiais de Contas, abaixo identificados, não detêm ações da Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.:

Efetivo:
Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Carlos do Sul Ribeiro – ROC

Suplente:
António Serra Cruz– ROC

Nenhum outro membro dos órgãos de Administração ou Fiscalização declarou possuir, ou ter possuído durante o ano de 2024, ações ou obrigações de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.

Vila Nova de Famalicão, 20 de Junho de 2025

O Conselho de Administração

3 Informação Financeira

3.1 Demonstrações Financeiras	28
3.1.1 Balanço	28
3.1.2 Demonstração dos Resultados	30
3.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	31
3.1.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio	33
3.2 Anexo	35

TEATRO VARIEDADES

3.1 Demonstrações Financeiras

3.1.1 Balanço

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2024	2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2.1, 8	39 886 007,90	38 565 581,20
Propriedades de investimento	3.2.3, 10	169 638,66	169 638,66
Activos intangíveis	3.2.2, 7	--	--
Participações financeiras - método equival. patrimonial	3.2.6, 15	776 350,57	708 461,82
Outros investimentos financeiros	3.2.8, 15	260 702,31	149 269,41
Activos por impostos diferidos	3.2.15, 21	1 107 325,84	19 096,17
		42 200 025,28	39 612 047,26
ACTIVO			
Activo corrente			
Inventários	3.2.9, 16	2 860 174,73	1 963 540,46
Clientes	3.2.10, 23.1	45 377 137,03	41 652 552,95
Adiantamentos a fornecedores	23.1	752 856,89	417 229,53
Estado e outros entes públicos	3.2.15, 23.1	4 300 728,23	2 782 166,48
Outros créditos a receber	3.2.10, 3.2.17, 23.1	35 050 229,28	39 499 718,04
Diferimentos	23.1	1 227 916,58	1 190 401,48
Outros activos financeiros	23.1	100 706,76	143 489,88
Ativos não correntes detidos para venda	3.2.4, 9	47 196,00	50 103,50
Caixa e depósitos bancários	3.2.12, 4	5 770 357,49	8 419 166,22
		95 487 302,99	96 118 368,54
Total do activo		137 687 328,27	135 730 415,80

(valores em euros)

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2024	2023
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	25	5 000 000,00	5 000 000,00
Acções (quotas) próprias	25	(500 000,00)	(500 000,00)
Reservas legais	25	1 000 000,00	1 000 000,00
Outras reservas	25	10 674 001,94	10 674 001,94
Resultados transitados	25	13 139 505,46	12 797 795,01
Excedentes de revalorização	3.2.1, 8.2	20 046 368,84	17 771 521,36
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	25	(19 185 991,25)	(19 349 097,99)
		30 173 884,99	27 394 220,32
Resultado líquido do período		4 027 940,63	2 998 208,64
		34 201 825,62	30 392 428,96
Total do capital próprio		34 201 825,62	30 392 428,96
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	3.2.14, 19	99 451,13	56 582,83
Financiamentos obtidos	3.2.5, 3.2.13, 23.2	11 056 616,83	17 061 872,94
Passivos por impostos diferidos	3.2.15, 8.2, 21	4 508 582,12	4 258 597,73
Outras dividas a pagar	3.2.11, 23.2	3 140 523,01	1 854 725,84
		18 805 173,09	23 231 779,34
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.11, 23.2	37 074 779,50	39 497 141,79
Adiantamentos de clientes	3.2.11, 23.2	4 870 560,07	5 075 639,99
Estado e outros entes públicos	3.2.15, 23.2	1 517 604,66	2 107 349,15
Financiamentos obtidos	3.2.5, 3.2.13, 23.2	35 312 624,66	29 226 688,98
Outras dividas a pagar	3.2.11, 23.2	4 605 972,04	5 116 004,96
Diferimentos	3.2.17, 23.2	1 298 788,63	1 083 382,63
		84 680 329,56	82 106 207,50
Total do passivo		103 485 502,65	105 337 986,84
Total do capital próprio e do passivo		137 687 328,27	135 730 415,80

(valores em euros)

3.1.2 Demonstração dos Resultados

Demonstração Individual de Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	3.2.16, 3.2.17, 17, 18	128 852 024,22	123 050 274,44
Subsídio à exploração		10 120,29	7 714,11
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3.2.6, 3.2.7, 26	215 376,63	144 007,04
Variação nos inventários da produção	3.2.9, 16.2	1 001 778,44	--
Trabalhos para a própria entidade	3.2.1, 8.1	503 532,92	475 764,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.2.9, 16.1	(36 094 146,87)	(38 630 104,20)
Fornecimentos e serviços externos	27	(63 202 036,19)	(55 434 824,50)
Gastos com o Pessoal	28	(20 172 317,50)	(18 142 869,63)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	--	1 242 596,01
Provisões (aumentos / reduções)	3.2.14, 19	(42 868,30)	116 938,55
Aumentos / reduções de justo valor	23.1	(39 861,84)	--
Outros rendimentos	29	6 903 565,29	9 868 675,69
Outros gastos	29	(4 524 883,73)	(10 167 985,84)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13 410 283,36	12 530 186,47
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 8	(3 687 342,25)	(3 954 179,86)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 722 941,11	8 576 006,61
Juros e rendimentos similares obtidos		--	--
Juros e gastos similares suportados	30	(5 379 293,50)	(5 308 494,09)
Resultado antes de impostos		4 343 647,61	3 267 512,52
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.15, 21	(315 706,98)	(269 303,88)
Resultado líquido do exercício		4 027 940,63	2 998 208,64
Resultado por ação básico		4,03	3,00

(valores em euros)

3.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do Período findo em 31 de Dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais -- método directo			
Recebimentos de Clientes		125 127 440,14	126 852 001,35
Pagamentos Fornecedores		(101 718 545,35)	(87 066 998,41)
Pagamentos ao pessoal		(15 925 010,74)	(14 497 965,69)
Caixa gerada pelas operações		7 483 884,05	25 287 037,25
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		--	(117 642,00)
Outros recebimentos / pagamentos		(3 413 442,09)	(24 378 498,77)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		4 070 441,96	790 896,48
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(3 073 079,85)	(5 425 876,26)
Activos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros activos		--	--
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1 478 017,54	2 116 387,18
Activos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros activos		--	--
Subsídios ao investimento		--	--
Juros e rendimentos similares		93 416,13	89 705,28
Dividendos		82 455,12	83 204,56
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(1 419 191,06)	(3 136 579,24)

(valores em euros)

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do Período findo em 31 de Dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		149 908 875,59	121 261 584,12
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Cobertura de prejuizos		--	--
Doações		--	--
Outras operações de financiamento		--	--
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(149 829 641,72)	(111 984 009,09)
Juros e gastos similares		(5 379 293,50)	(5 308 494,09)
Dividendos		--	--
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Outras operações de financiamento		--	--
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(5 300 059,63)	3 969 080,94
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(2 648 808,73)	1 623 398,18
Efeito das variações de câmbio		--	--
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 419 166,22	6 795 768,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	5 770 357,49	8 419 166,22

(valores em euros)

3.1.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período 2023

RUBRICAS	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Int. Minor.	"Total do Capital Próprio"
		"Capital Realizado"	Acções (quotas) próprias	"Reservas legais"	"Outras reservas"	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 1		5 000 000,00	(500 000,00)	1 000 000,00	9 610 110,19	13 013 428,46	(18 864 405,86)	16 222 471,58	224 192,64	25 705 797,01	--	25 705 797,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		--	--	--	1 063 891,75	--	--	1 549 049,78	--	2 612 941,53	--	2 612 941,53
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	(215 633,45)	(484 692,13)	--	(224 192,64)	(924 518,22)	--	(924 518,22)
2		--	--	--	1 063 891,75	(215 633,45)	(484 692,13)	1 549 049,78	(224 192,64)	1 688 423,31	--	1 688 423,31
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3									2 998 208,64	2 998 208,64	--	2 998 208,64
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3									2 774 016,00	2 774 016,00	--	2 774 016,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
5		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023 6=1+2+3+5		5 000 000,00	(500 000,00)	1 000 000,00	10 674 001,94	12 797 795,01	(19 349 097,99)	17 771 521,36	2 998 208,64	30 392 428,96	--	30 392 428,96

(valores em euros)

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período 2024

RUBRICAS	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	"Total do Capital Próprio"
		"Capital Realizado"	Acções (quotas) próprias	"Reservas legais"	"Outras reservas"	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 1		5 000 000,00	(500 000,00)	1 000 000,00	10 674 001,94	12 797 795,01	(19 349 097,99)	17 771 521,36	2 998 208,64	30 392 428,96	--	30 392 428,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		--	--	--	--	--	--	2 274 847,48	--	2 274 847,48	--	2 274 847,48
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	341 710,45	163 106,74	--	(2 998 208,64)	(2 493 391,45)	--	(2 493 391,45)
2		--	--	--	--	341 710,45	163 106,74	2 274 847,48	(2 998 208,64)	(218 543,97)	--	(218 543,97)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								4 027 940,63	4 027 940,63	--	4 027 940,63	
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								1 029 731,99	1 029 731,99	--	1 029 731,99	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
5		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023 6=1+2+3+5		5 000 000,00	(500 000,00)	1 000 000,00	10 674 001,94	13 139 505,46	(19 185 991,25)	20 046 368,84	4 027 940,63	34 201 825,62	--	34 201 825,62

(valores em euros)

Anexo

1 Identificação da Entidade e período de relato

1.1 Designação da Entidade:

Construções Gabriel A. S. Couto, SA

1.2 Sede:

Rua S. João de Pedra Leital,
1000 – 4770 -464 Vila Nova de Famalicão

1.3 Natureza da atividade:

Exploração da atividade de construção civil e obras públicas.

1.4 Período abrangido pelas demonstrações financeiras:

2024

1.5 A empresa não dispõe de quaisquer sucursais no território nacional. No estrangeiro a empresa tem as seguintes sucursais:

 Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal na Zâmbia

 Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em Cabo Verde

 Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em Moçambique

 Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em Honduras

 Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em El Salvador

 Construções Gabriel A.S. Couto, SA - sucursal em Gana

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) aplicáveis.

Tal como previsto no parágrafo 1.4 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 (replicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho), sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira

numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, o recurso, supletivamente e pela ordem indicada:

 Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

 Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Exceto quanto ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos, relacionados com benefícios fiscais, nomeadamente CFEL II, SIFIDE e IFR, as quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2024.

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Regime da periodização económica (acréscimo)

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

A Empresa integra todos os movimentos de sucursais eliminando as operações internas e, caso existam, os resultados derivados dos mesmos.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Comparabilidade

Exceto quanto ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos, relacionados com benefícios fiscais, nomeadamente CFEI II, SIFIDE e IFR, a informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 Outras políticas contábilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo revalorizado, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções

10 a 50

Equipamento básico

3 a 15

Equipamento de transporte

4 a 10

Equipamento administrativo

4 a 10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Todos os trabalhos que a empresa realize para si mesma, sob sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinem aos seus ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como ganho do período na rubrica "Trabalhos para a própria entidade".

3.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, encontrando-se totalmente amortizado.

3.2.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, são registadas pelo seu justo valor determinado de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente despesas de condomínio e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

3.2.4 Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize no período de doze meses.

Os Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre respetivo valor contabilístico ou o seu justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

Os Ativos não correntes detidos para venda são mensurados, com base nos pressupostos presentes no primeiro parágrafo da NCRF 8, pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor deduzido dos custos associados à venda, bem como merecem distinção da sua apresentação no balanço.

3.2.5 Locações

As operações de locação são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

As operações de locação são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados na rubrica de gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são registados pelo seu valor no ativo e a correspondente responsabilidade no passivo.

As depreciações destes bens foram efetuadas de acordo com o referido no ponto 3.2.1, e registadas em gastos de depreciação do período.

A parte de capital incluída nas rendas pagas é deduzida ao montante da responsabilidade registada no passivo, sendo os juros aí incluídos contabilizados como gastos de financiamento do período.

3.2.6 Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Os investimentos em associadas e subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e subsidiárias quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão à exceção do Goodwill.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo posteriormente, e no final de cada período ajustados no seu valor pela utilização do método da equivalência patrimonial.

3.2.7 Entidades conjuntamente controladas (ACE'S)

As entidades conjuntamente controladas são integradas pelo método proporcional, conforme previsto nos parágrafos 29, a) e 31 da NCRF 13.

3.2.8 Outros Investimentos Financeiros

As compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas nas datas da transação. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

É feita uma avaliação quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto na conta de resultados as perdas de imparidade quando se demonstrarem existir.

3.2.9 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O método de custeio utilizado na movimentação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o custo médio ponderado.

Os produtos acabados e semi-acabados e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao menor do custo de produção ou do valor realizável líquido.

Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. O método de custeio é o custo médio.

São registados ajustamentos por imparidade de inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de estes serem inferiores ao custo.

3.2.10 Clientes e as Outras contas a receber

As dívidas de "Clientes" e as "Outras contas a receber" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem,

objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

■■■■ a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;

■■■■ se verificarem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;

■■■■ se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobrança, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

3.2.11 Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As dívidas a Fornecedores e a Outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que usualmente não vencem juros.

3.2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

3.2.13 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Os encargos financeiros com juros e encargos similares são registados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização do exercício.

3.2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a empresa tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.2.15 Impostos sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. Caso apure lucro tributável no exercício, fica ainda sujeita a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente. Está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88º do Código do IRC.

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto

quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a países onde a Empresa exerce a sua atividade através de Sucursais/Estabelecimentos Estáveis, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os dez anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2024.

3.2.16 Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

■ ■ ■ ■ São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativas da propriedade dos bens;

■ ■ ■ ■ Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;

■ ■ ■ ■ A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;

■ ■ ■ ■ Seja provável que os benefícios económicos com as transações fluam para a empresa;

■ ■ ■ ■ Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido

com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

● A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;

● Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;

● A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;

● Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente de juros, royalties e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Empresa e o respetivo montante possa ser valorizado e mensurado com fiabilidade. O rédito referente aos juros deve ser reconhecido utilizando o método do juro efetivo, o rédito relacionado com royalties deve ser reconhecido segundo o regime do acréscimo e de acordo com a substância do seu

contrato e, por fim, o rédito dos dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento.

3.2.17 Contratos de Construção

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas "27218/9 – Contratos de Construção" ou "2821 – Obras % acabamento", incluídas nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Diferimentos".

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito

do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

São constituídas provisões para contratos onerosos quando for provável que os gastos totais do contrato excedam o rédito total do mesmo. A correspondente perda esperada é reconhecida de imediato como um gasto. A quantia de tal perda é determinada independentemente: (i) de ter ou não começado o trabalho do contrato, (ii) da fase de acabamento da atividade do contrato, ou (iii) da quantia de lucros que se espere que surjam noutros contratos que não sejam tratados como um contrato de construção único.

3.2.18 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.19 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.20 Imparidade

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidades dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de Investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), caso a mesma respeite a ativos não depreciables. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes

e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não estivesse registada em exercícios anteriores.

3.2.21 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em rendimentos e gastos de financiamento do período em que são geradas.

3.2.22 Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

Nas demonstrações financeiras estão incluídos elementos com origem em diferentes moedas funcionais, de acordo com a moeda do ambiente económico em que a Empresa opera.

Transações e saldos

As transações em moeda diferente do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações.

Os rendimentos e gastos associados realizados no período, bem como os potenciais, são reconhecidos na Demonstração dos resultados.

Unidade operacional estrangeira e subsidiárias com moeda de relato diferente do euro

As demonstrações financeiras das unidades operacionais estrangeiras e subsidiárias com moeda de relato diferente do euro que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidas para a moeda de apresentação como se segue:

Os ativos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras;

3.3 Juízos de valor, executando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, inventários, investimentos financeiros, ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- iii contratos de construção;

- iv provisões;
- v acréscimos e diferimentos;
- vi avaliação de recuperabilidade de impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilístico da Empresa, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4 Fluxos de caixa

4.1 Comentário da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não se verificaram saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Rúbricas	31.12.2024	31.12.2023
Numerário	15 816,36	11 042,57
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 989 660,95	4 771 679,35
Depósitos a prazo	3 764 880,18	3 636 444,30
Caixa e seus equivalentes	5 770 357,49	8 419 166,22

(valores em euros)

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2023, exceto no que respeita à contabilização de ativos por impostos diferidos.

6 Partes relacionadas

6.1 Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram os seguintes:

Rubrica	2024	2023
Benefícios de curto prazo		
Conselho de Administração	356 427,81	361 300,00
Órgão de Fiscalização	20 400,00	20 400,00
TOTAL	376 827,81	381 700,00

(valores em euros)

Não existem remunerações a qualquer dos administradores desta empresa, advindas de qualquer das entidades havidas como partes relacionadas.

6.2 Saldos e transações com partes relacionadas

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Durante o exercício de 2024 e 2023 os saldos e as transações entre as partes relacionadas e a entidade foram as seguintes:

Empresa	2024			31.12.2024			
	Compras/ Serviços	Vendas	Outros Movimentos	Saldo Clientes	Saldo Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Participadas							
Comasa			5 122,66	39 857,16			
Abrical			217,11		-186 295,84	80,00	
Socojol				503 953,76			
Mopre							
ParqF	177,12						177,12
Gabriel Couto Moçambique							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Vias, ACE					1 374,74		
CEGA, ACE				193 163,06	35 032,97		
CMGE, ACE							
ACA GASC, ACE							
Amândio Carvalho e Gabriel Couto, ACE							
FGA, ACE			-139 832,52	5 250,77			
Outras partes relacionadas							
Pontalta	-2 238,42		-152 455,49	11 090 176,06			
Five, SA		2 300 681,88	-1 177 667,59	226 649,82	14 321,36		
Gabriel Couto SGPS			2 413,89		1 265 313,15		
AGE					268,25		

(valores em euros)

Empresa	2023			31.12.2023			
	Compras/ Serviços	Vendas	Outros Movimentos	Saldo Clientes	Saldo Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Participadas							
Comasa			9 083,69	50 000,58			
Abrical			217,11		-186 512,95	80,00	
Socojol				503 953,76			
Mopre			-2 278,55				
ParqF	426,60		338,04		-88,56		
Gabriel Couto Moçambique			-2 290,47				
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Vias, ACE							
CEGA, ACE				193 163,06			
CMGE, ACE			283 749,27				
ACA GASC, ACE							
Amândio Carvalho e Gabriel Couto, ACE							
FGA, ACE				145 083,29			
Outras partes relacionadas							
Pontalta	-2 706,48	889 934,05	-2 251 791,04	11 244 869,97			
Five, SA			-1 091 155,41	-896 364,47		14 321,36	
Gabriel Couto SGPS			3 348,69			1 262 899,26	
AGE						268,25	

(valores em euros)

7 Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Ano 2023	Saldo inicial	aumentos	alienações / transferência	dif câmbio	saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	479 052,89	0,00	-199,00	0,00	478 853,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	479 052,89	0,00	-199,00	0,00	478 853,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	479 052,89	0,00	-199,00	0,00	478 853,89
TOTAL	479 052,89	0,00	-199,00	0,00	478 853,89
Valor Líquido	0,00				0,00

(valores em euros)

Ano 2024	Saldo inicial	aumentos	alienações / transferência	dif câmbio	saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
TOTAL	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
Valor Líquido	0,00				0,00

(valores em euros)

8 Ativos fixos tangíveis

8.1 Valores brutos e depreciações acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

Ano 2023						
Valores brutos	Saldo inicial	aumentos	alienações / Transf / abates	dif câmbio	Reavaliação	saldo final
Terrenos e recursos naturais	644 979,79	0,00	0,00	-1 052,68	0,00	643 927,11
Edifícios e outras construções	4 752 364,69	0,00	-733 821,13	-54 576,72	2 232 284,81	6 196 251,65
Equipamento básico	44 293 918,50	4 385 907,52	-1 119 581,86	-1 897 845,52	4 659 880,67	50 322 279,32
Equipamento de transporte	15 323 606,11	564 203,94	-101.324,02	-593.402,22	-1 182 289,37	14 010 794,44
Equipamento administrativo	718 256,98	0,00	-3 308,79	-13 572,80	0,00	701 375,39
Outros ativos fixos tangíveis	38 295,24	0,00	0,00	-3 790,81	0,00	34 504,43
Em curso	727 106,18	475 764,80	0,00		0,00	1 202 870,98
Adiantamentos p.conta invest.	604 132,00	0,00	-184 132,00			420 000,00
TOTAL	67 102 659,49	5 425 876,26	-2 142 167,80	-2 564 240,75	5 709 876,12	73 532 003,32
Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	saldo final
Edifícios e outras construções	2 254 304,12	60 658,30	-30 862,33	-680 810,13		1 603 289,96
Equipamento básico	24 182 437,77	3 146 354,35	-815 675,88	-1 783 271,19		24 729 845,05
Equipamento de transporte	8 158 825,74	746 339,32	-265 173,78	-732 209,88		7 907 781,40
Equipamento administrativo	707 652,25	797,54	-13 486,97	-3 308,79		691 654,03
Outros activos fixos tangíveis	37 545,29	30,36	-3 723,97	0,00		33 851,68
TOTAL	35 340 765,17	3 954 179,87	-1 128 922,93	-3 199 599,99	0,00	34 966 422,12
Valor Líquido	31 761 894,32					38 565 581,20

(valores em euros)

Ano 2023						
Valores brutos	Saldo inicial	aumentos	alienações / Transf / abates	dif câmbio	Reavaliação	saldo final
Terrenos e recursos naturais	643 927,11	0,00	0,00	1 847,99	0,00	645 775,10
Edifícios e outras construções	6 196 251,65	0,00	0,00	49 877,03	111 427,58	6 357 556,26
Equipamento básico	50 322 279,32	2 058 302,88	-1 153 691,08	238 903,15	1 674 072,88	53 139 867,15
Equipamento de transporte	14 010 794,44	511 244,05	-251 453,22	84 371,69	210 789,40	14 565 746,36
Equipamento administrativo	701 375,39	0,00	-44 495,99	2 077,48	0,00	658 956,88
Outros ativos fixos tangíveis	34 504,43	0,00	-28 377,25	385,92	0,00	6 513,10
Em curso	1 202 870,98	503 532,92	0,00		0,00	1 706 403,90
Adiantamentos p conta invest.	420 000,00	0,00	0,00			420 000,00
TOTAL	73 532 003,32	3 073 079,85	-1 478 017,54	377 463,26	1 996 289,86	77 500 818,75
Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	saldo final
Edifícios e outras construções	1 603 289,96	60 488,32	47 135,49	0,00		1 710 913,77
Equipamento básico	24 729 845,05	2 962 876,70	271 946,24	-1 111 025,96		26 853 642,03
Equipamento de transporte	7 907 781,40	663 097,19	52 172,91	-229 131,21		8 393 920,29
Equipamento administrativo	691 654,03	847,77	1 977,02	-44 495,98		649 982,84
Outros activos fixos tangíveis	33 851,68	32,27	374,45	-27 906,48		6 351,92
TOTAL	34 966 422,12	3 687 342,25	373 606,11	-1 412 559,63	0,00	37 614 810,85
Valor Líquido	38 565 581,20					39 886 007,90

(valores em euros)

O valor dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente os localizados nas sucursais, como estão registados em moeda local estão sujeitos ao efeito das alterações das taxas de câmbio face ao Euro em cada período. Nos quadros acima estão quantificados esses efeitos.

Inerente à atividade da empresa e das suas sucursais estão a utilização de ativos fixos tangíveis, em particular os equipamentos básicos e os equipamentos de transporte. Tal situação poderá conduzir à existência da venda deste tipo de ativos entre Portugal e as suas sucursais e entre as sucursais, resultando assim em dois grandes tipos de operações. Por um lado, a transferência de equipamentos de sucursais cujas obras foram concluídas para sucursais com obras ativas, como foi o caso, em 2022, da transferência de equipamento da sucursal das Honduras para a sucursal do Gana, e por outro lado, por imposição dos fornecedores de equipamentos, por motivos de risco/financiamento, os mesmos têm de ser vendidos a Portugal, que depois os revende às sucursais.

Relativamente à transferência de equipamentos entre sucursais e/ou sede, o valor em 2024 foi de 10.669,94€ (Honduras/Portugal) e em 2023 foi de 435.665,74€ (Portugal/Ghana).

A rubrica de ativos fixos em curso, deve-se em grande medida à requalificação que está em curso na sede da empresa de modo a adequar a mesma de equipamentos mais ajustados às necessidades de funcionamento da organização.

Relativamente aos trabalhos para a própria empresa, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 os movimentos ocorridos foram os seguintes:

Rubrica	2024	2023
Trabalhos para a Própria Empresa	503 532,92	475 764,80
TOTAL	503 532,92	475 764,80

(valores em euros)

Esses trabalhos estão relacionados com trabalhos executados no Edifício da Sede.

8.2 Ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas

Em 2023 e 2024 realizou-se a revalorização de equipamento básico e de transporte, relativos a Portugal e às sucursais: Honduras, Zâmbia, Moçambique e Gana, com base numa avaliação realizada por uma entidade independente.

Esta avaliação foi realizada por uma entidade independente, com reconhecimento internacional, registada na C.M.V.M., que procedeu à determinação do valor razoável em uso continuado destes equipamentos.

A metodologia utilizada assentou nos princípios de avaliação geralmente aceites a nível internacional para a avaliação de ativos: Método do Custo e Método Comparativo de Mercado.

No Método do Custo foi tido em conta o custo de reposição a novo de cada equipamento bem como a depreciação física resultante do desgaste de cada um. Este método foi utilizado para os ativos que não dispõem de um mercado ativo no país de origem (essencialmente equipamento básico).

No Método Comparativo de Mercado foi tido em conta transações recentes de ativos semelhantes. Foi utilizado para ativos em que existe um mercado ativo (principalmente equipamento de transporte).

Foi igualmente realizada em 2023 e 2024, pela mesma entidade, a determinação do valor razoável e estimativas de vidas úteis remanescentes de determinados bens imóveis (Terrenos, Edifícios e outras construções) localizados em Vila Nova de Famalicão.

Os métodos de avaliação utilizados foram o Método Comparativo de Mercado e o Método do Custo.

Durante o período não se efetuaram revalorizações do ativo fixo tangível ao abrigo de diplomas legais. Em períodos anteriores foram efetuadas revalorizações, que se basearam nos seguintes diplomas legais:

Ano da revalorização	Diploma legal
1986	Dec.- Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
1991	Dec.- Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
1993	Dec.- Lei nº 264/92, de 24 de Novembro

Quadro discriminativo da evolução do excedente de revalorização e passivo por impostos diferidos, no período:

Excedente (antes de PID)

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos /Reduções	Saldo final
Edifício outras construções	2 232 284,81	111 427,58	2 343 712,39
Equipamento básico	15 303 627,31	2 094 454,47	17 398 081,78
Equipamento transporte	4 274 766,96	317 565,27	4 592 332,23
Sub-total	21 810 679,08	2 523 447,33	24 334 126,40
Revalorizações legais	210 298,93	0,00	210 298,93
TOTAL	22 020 978,01	2 523 447,33	24 544 425,33

(valores em euros)

Passivo por impostos diferidos

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos /Reduções	Saldo final
Edifício outras construções	233 666,82	-13 454,21	220 212,61
Equipamento básico	3 122 978,06	241 874,90	3 364 852,96
Equipamento transporte	885 341,18	20 286,54	905 627,72
Sub-total	4 241 986,06	248 707,24	4 490 693,30
Revalorizações legais	7 470,58	-107,38	7 363,20
TOTAL	4 249 456,64	248 599,86	4 498 056,50

(valores em euros)

Excedente (depois de PID)

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos /Reduções	Saldo final
Edifício outras construções	1 998 617,99	124 881,79	2 123 499,78
Equipamento básico	12 180 649,25	1 852 579,57	14 033 228,82
Equipamento transporte	3 389 425,78	297 278,73	3 686 704,51
Sub-total	17 568 693,02	2 274 740,10	19 843 433,11
Revalorizações legais	202 828,35	107,38	202 935,73
TOTAL	17 771 521,36	2 274 847,48	20 046 368,84

(valores em euros)

O passivo por impostos diferidos foi calculado sobre o total do excedente de revalorização apurado, à taxa de IRC de 20%, tendo em conta o custo de aquisição atualizado pelos coeficientes de correção monetária.

Ao passivo por impostos diferidos acima evidenciado (4.498.056,50 euros), acresce o montante de 10.525,62 euros (ver nota 21), perfazendo um total de 4.508.582,12 euros.

Quadro discriminativo das revalorizações comparativamente ao custo histórico:

Rubrica	Custos Históricos	Excedente de reavaliação			Valores Cont. Reavaliados
		Excedente	Passivos Impos- tos Diferidos	Exc. líquido	
Revalorizações Legais					
Terrenos e recursos naturais	189 543,20	132 187,43	0,00	132 187,43	321 730,63
Edifícios e outras construções	115 614,70	78 111,50	-7 363,20	70 748,30	193 726,20
Sub-total	305 157,90	210 298,93	-7 363,20	202 935,73	515 456,83
Revalorizações Livres Ano 2024					
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2 079 287,61	2 343 712,39	-220 212,61	2 123 499,78	4 423 000,00
Equipamento básico	8 891 818,21	17 398 081,79	-3 364 852,96	14 033 228,83	26 289 900,00
Equipamento de transporte	1 579 767,77	4 592 332,23	-905 627,72	3 686 704,51	6 172 100,00
Sub-total	12 550 873,59	24 334 126,41	-4 490 693,29	19 843 433,12	36 885 000,00
TOTAL	12 856 031,49	24 544 425,33	-4 498 056,50	20 046 368,84	37 400 456,83

(valores em euros)

9 Ativos não correntes detidos para venda

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2024 os movimentos ocorridos no valor dos ativos não correntes classificados como detidos para venda, no período foi o seguinte:

Os ativos não recorrentes detidos para venda correspondem a bens que a empresa entende que a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que esta venda é altamente provável e que ocorrerá no prazo de 1 ano.

Ano 2023						
Valores brutos	Saldo inicial	aumentos	alienações / Transf / abates	dif câmbio	Reavaliação	saldo final
Edifícios e outras construções	0,00	733 821,13	0,00	0,00	0,00	733 821,13
Equipamento básico	0,00	105 000,20	0,00	0,00	0,00	105 000,20
TOTAL	0,00	838 821,33	0,00	0,00	0,00	838 821,33
(valores em euros)						
Depreciações acumuladas	Saldo inicial	aumentos	alienações / Transf / abates	dif câmbio	Reavaliação	saldo final
Edifícios e outras construções	0,00	683 717,63	0,00	0,00	0,00	683 717,63
Equipamento básico	0,00	105 000,20	0,00	0,00	0,00	105 000,20
TOTAL	0,00	788 717,83	0,00	0,00	0,00	788 717,83
Valor Líquido	0,00					50 103,50
(valores em euros)						
Ano 2024						
Valores brutos	Saldo inicial	aumentos	alienações / Transf / abates	dif câmbio	Reavaliação	saldo final
Edifícios e outras construções	733 821,13	0,00	0,00	0,00	0,00	733 821,13
Equipamento básico	105 000,20	0,00	-105 000,20	0,00	0,00	0,00
TOTAL	838 821,33	0,00	-105 000,20	0,00	0,00	733 821,13
(valores em euros)						
Depreciações acumuladas	Saldo inicial	aumentos	alienações / Transf / abates	dif câmbio	Reavaliação	saldo final
Edifícios e outras construções	683 717,63	2 907,50	0,00	0,00	0,00	686 625,13
Equipamento básico	105 000,20	0,00	-105 000,20	0,00	0,00	0,00
TOTAL	788 717,83	2 907,50	-105 000,20	0,00	0,00	686 625,13
Valor Líquido	50 103,50					47 196,00
(valores em euros)						

10

Propriedades de investimento

A rubrica “Propriedades de investimento” regista em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 os seguintes valores:

Rubrica	Ano 2022	Alienações/Aumento	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2023
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	145 000,00	24 638,66				169 638,66
Depreciações acumuladas						
Saldo final						0,00
Valor Líquido	145 000,00	24 638,66	0,00	0,00	0,00	169 638,66

(valores em euros)

Rubrica	Ano 2023	Alienações/Aumento	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2023
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	169 638,66					169 638,66
Depreciações acumuladas						
Saldo final	0,00					0,00
Valor Líquido	169 638,66	0,00	0,00	0,00	0,00	169 638,66

(valores em euros)

As propriedades de investimento, são constituídas pelas frações “S”, loja comercial sita na Avª do Brasil, VNF: 145.000,00€; e “AJ”, loja comercial sita na Avª dos Banhos, Póvoa de Varzim: 24.638,66€, as quais estão registadas pelo seu justo valor determinado de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As quantias referentes a Propriedades de investimento reconhecidas em resultados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram:

Rubrica	2024	2023
Rendas	16 125,60	15.667,08
Gastos	603,18	799,91

(valores em euros)

A rubrica “Gastos” é constituída por despesas de condomínio e imposto sobre imóveis (IMI).

11 Locações

11.1 Locações financeiras

A empresa possui ativos fixos tangíveis incluídos no Balanço em regime de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2024 eram os seguintes os valores destes ativos:

Rubrica	Valores Brutos	Depreciações	Valores Líquidos
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	4 432 143,76	1 707 532,86	2 724 610,90
Equipamento transporte	1 771 599,24	941 288,13	830 311,11

(valores em euros)

11.2 A responsabilidade inscrita no Balanço relativamente aos contratos de locação financeira era a seguinte:

	2024	2023
No passivo corrente	1 419 418,53	1 061 021,52
No passivo não corrente	1 763 520,00	1 227 858,08
TOTAL	3 182 938,53	2 288 879,60

(valores em euros)

11.3 Locações financeiras

O valor referente aos pagamentos mínimos de contratos de locação financeira são os seguintes:

	2024	2023
Até 12 meses.....	1 419 418,53	1 061 021,52
Mais de 12 meses.....	1 763 520,00	1 227 858,08

(valores em euros)

11.4 Locações operacionais

O valor referente a pagamentos de rendas de locações operacionais é o seguinte:

	2024	2023
Até 12 meses.....	1 083 369,10	609 174,29
Mais de 12 meses.....	1 267 821,88	440 884,58

(valores em euros)

12 Custos de financiamento obtidos

Não foram capitalizados custos com empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis (e/ou inventários, se aplicável), cujo período de tempo para ficarem disponíveis para uso é considerável.

13 Imparidade de ativos

As perdas por imparidade e reversões por imparidade reconhecidas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 foram:

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Activos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Activos intangíveis	Investimentos financeiros	Investimentos em curso	Inventários	Clientes	Outros devedores	Activos não correntes detidos para venda	Totais
2024	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos										-
		Reversões										-
		Totais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos										-
		Reversões										-
		Totais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2023	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos										-
		Reversões							1 242 596,01			1 242 596,01
		Totais	-	-	-	-	-	-	1 242 596,01	-	-	1 242 596,01
	Perdas por imparidade em activos revalorizados reconhecidas no capital próprio	Aumentos										-
		Reversões										-
		Totais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(valores em euros)

14 Interesses em empreendimentos conjuntos

As entidades conjuntamente controladas (ACE's), integradas pelo método proporcional, e proporção nas mesmas, eram em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 as seguintes:

À data de 31 de Dezembro de 2024 e 2023 as quantias agregadas, ponderadas pela percentagem de controlo conjunto, dos ativos correntes, dos ativos não correntes, dos passivos correntes, dos passivos não correntes, dos rendimentos e dos gastos dos referidos agrupamentos complementares de empresa eram como segue:

Nome	Participação	
	2024	2023
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	30,00%	30,00%
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	33,33%	33,33%
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	50,00%	50,00%
Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE	50,00%	50,00%
Escola FGA, ACE	50,00%	50,00%
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	50,00%	50,00%

(valores em euros)

2024							
Nome	Ativo n/ corrente	Ativo corrente	Passivo n/ corrente	Passivo corrente	Gastos	Rendimentos	Resultado Liq.
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	0,00	630 417,27	0,00	407 545,95	785,68	0,00	-785,68
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	0,00	85 033,26	0,00	85 904,85	871,59	0,00	-871,59
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	0,00	14 032,25	0,00	14 082,55	98,75	48,45	-50,30
Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE	0,00	240 700,38	0,00	240 700,38	0,00	0,00	0,00
Escola FGA, ACE	0,00	24 082,82	1 501,24	22 647,96	106,38	40,00	-66,38
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	0,00	97 027,32	45 503,31	51 633,72	109,72	0,01	-109,71
TOTAL	0,00	1 091 293,30	47 004,55	822 515,41	1 972,12	88,46	-1 883,66

2023							
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	0,00	632 295,10	0,00	408 638,10	783,65	0,00	-783,65
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	0,00	85 772,13	0,00	86 642,85	870,72	0,00	-870,72
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	0,00	13 838,80	0,00	13 983,80	145,00	0,00	-145,00
Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE	0,00	240 700,37	0,00	240 700,37	0,00	0,00	0,00
Escola FGA, ACE	0,00	24 459,43	1 501,24	17 944,84	107,75	5 216,42	5 108,67
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	0,00	99 920,53	45 503,31	54 653,44	236,22	0,00	-236,22
TOTAL	0,00	1 096 986,36	47 004,55	822 563,40	2 143,34	5 216,42	3 073,08

(valores em euros)

15 Participações financeiras – MEP e outros investimentos financeiros

15.1 Participações financeiras – MEP

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica está apresentada no quadro seguinte:

As participadas “Socojol” e “GCM-Eng e Const Lda” passaram em 2023 a estar mensuradas pelo método da equivalência patrimonial.

Utiliza-se o método de equivalência patrimonial na Vialivre, pelo facto desta entidade resultar de concessões rodoviárias.

O impacto do MEP nos resultados em 2024 foi o seguinte:

● **Rendimentos** – aplicação MEP 141.953,94 € (nota 26)

● **Gastos** – aplicação MEP - 10.822,61 € (nota 26)

Adicionalmente foram recebidas prestações suplementares no valor de 80.000,00 euros (ParqF).

Firma	Sede	2024				2023				Variação
		% CP	Capital próprio	Resultado Líquido	Valor da Participação	% CP	Capital próprio	Resultado Líquido	Valor da Participação	
Comasa-C. Civil e O.Públicas, Lda	VN Famalicão	80,00%	192 859,07	-9 924,15	154 287,26	80,00%	202 783,22	-28 962,13	162 226,58	-7 939,32
Abrical-Areias, Brit. E Calcários, Lda	Miranda Douro	50,00%	438 353,44	-217,11	219 176,72	50,00%	438 570,55	-217,11	219 285,27	-108,55
Socojol-Eng. Const. Civil, Lda	Moçambique	91,667%	59 684,53	489,57	54 711,02	91,667%	60 124,29	453,68	55 114,13	-403,11
ParqF-Parques Estac Famalicão	Braga	40,00%	206 954,45	145 782,05	62 781,78	40,00%	261 172,40	123 691,10	84 468,96	-21 687,18
GCM-Eng e Const Lda	Moçambique	88,035%	153 041,92	-3 151,85	134 730,45	88,035%	146 938,84	-3 170,81	129 357,61	5 372,84
Vialivre	Lisboa	3,192%	2 140 884,00	2 080 884,00	68 337,02	3,192%	1 424 295,00	2 449 042,00	45 463,50	22 873,52
Gabriel Couto Angola, Lda	Angola	7,125%	1 155 457,15	1 053 801,36	82 326,32	7,125%	176 080,96	130 475,87	12 545,77	69 780,55
TOTAL					776 350,57				708 461,82	67 888,75

(valores em euros)

15.2

Outros investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 os investimentos em outras empresas está apresentado no quadro seguinte:

		2024		2023		Variação
Nome/Firma	Sede	%	Valor	%	Valor	
Norgarante		---	44 000,00	---	44 000,00	0,00
F.VPR Mo (Montepio)		---	74 990,95	---	74 990,95	0,00
Gabriel Couto (Moçambique),SARL	Moçambique	57,00%	27 432,86	57,00%	25 791,86	1 641,00
GCM-Eng e Const Lda	Moçambique	88,035%		88,035%		0,00
Outros investimentos financeiros			114 278,50		4 486,60	109 791,90
TOTAL			260 702,31		149 269,41	111 432,90

(valores em euros)

Outros investimentos financeiros incluem:

		2024		2023		Variação
Nome/Firma	Sede	%	Valor	%	Valor	
Outros investimen- tos financeiros			114 278,50		4 486,60	109 791,90
Mopre-Pré Fabri- cado Betão, Lda	Moçambique	90,00%	2 259,24	90,00%	2 125,38	133,86
Bemoz, Lda	Moçambique	85,00%	258,63	85,00%	243,31	15,32
Gabriel-EUROFINSA	Espanha	49,90%	1 105,59	49,90%	1 105,59	0,00
Euroscut-Soc.Con- cession.da Scut do Algarve, S.A.			10,00		10,00	0,00
Auto-Estradas Norte Litoral-Soc. Conc.AENL, SA			1,00		1,00	0,00
Gabriel Couto, SGPS, SA			1,00		1,00	0,00
Catim			1 000,00		1 000,00	0,00
Gabriel Couto, SGPS, SA (Empréstimos)			0,32		0,32	0,00
LUSOLAV, S.A.	Portugal	3,33%	82 977,72			82 977,72
LUSOLAV II, S.A.	Portugal	5,00%	2 500,00			2 500,00
LUSOLAV III, S.A.	Portugal	3,33%	1 665,00			1 665,00
LUSOLAV IV, S.A.	Portugal	5,00%	2 500,00			2 500,00
FC - Fundação da Construção	Portugal	7,14%	20 000,00			20 000,00

(valores em euros)

No que se refere a Gabriel Couto (Moçambique), SARL, Mopre – Pré Fabric Betão, Lda e a Bemoz. Lda, os valores destas participações estão avaliados ao custo de aquisição, uma vez que ainda não iniciaram a sua atividade produtiva.

A Gabriel Couto pertence ao consórcio que concorreu ao Lote A e B do Concurso do Comboio de Alta Velocidade em Portugal. Assim, no âmbito do Lote A (Porto-Oiã) foram constituídas as entidades Lusolav e Lusolav II, enquanto para o Lote B (Oiã-Soure) foram constituídas as entidades Lusolav III e Lusolav IV.

A Gabriel Couto é um dos membros fundadores da Fundação da Construção, uma nova entidade portuguesa criada em julho de 2024 com o objetivo de reforçar o setor da construção, promovendo inovação, sustentabilidade, regulamentação e formação técnica.

16

Inventários,
custo das
mercadorias
vendidas e consumidas e
variação de produção

A discriminação dos Inventários em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 era como segue:

Rubrica	2024	2023
Matérias – primas, subsidiárias e de consumo	1 310 815,69	1 415 959,86
Produtos e trabalhos em curso	1 230 231,26	191 567,26
Produtos acabados e intermédios	310 207,90	347 093,46
Mercadorias	8 919,88	8 919,88
TOTAL	2 860 174,73	1 963 540,46

(valores em euros)

No âmbito dos concursos do comboio de alta velocidade (Lote A e B) foram realizadas despesas relacionadas especialmente com projetistas que serão incorporadas como custo de obras após a concretização do início das referidas obras. Em 2024 foi considerado como “Produtos e Trabalhos em Curso” um montante de 1.060.038,29 € associado a estes dois lotes.

16.1Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas registado no final dos períodos de 2024 e 2023 foram os seguintes:

16.2Variação nos inventários da produção.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 computou-se a seguinte variação nos inventários da produção:

Rubrica	2024	2023
Mercadorias		
Saldo inicial	8 919,88	8 919,88
Compras	0,00	0,00
Saldo final	8 919,88	8 919,88
Custo	0,00	0,00
Matérias-primas, subs e de consumo		
Saldo inicial	1 415 959,86	1 276 290,08
Compras	35 989 002,70	38 769 773,98
Saldo final	1 310 815,69	1 415 959,86
Custo	36 094 146,87	38 630 104,20
Custo mercad vend mat consumidas	36 094 146,87	38 630 104,20

(valores em euros)

Rubrica	2024	2023
Produtos acabados e intermédios:		
Saldo final	310 207,90	347 093,46
Regularização Existências		
Saldo inicial	347 093,46	371 732,12
Variação	-36 885,56	-24 638,66
Produtos e Trabalhos em Curso		
Saldo final	1 415 959,86	1 276 290,08
Regularização Existências	35 989 002,70	38 769 773,98
Saldo inicial	1 310 815,69	1 415 959,86
Variação	36 094 146,87	38 630 104,20
Transferências		
Produtos acabados e intermédios:	0,00	24 638,66
Variação inventários da produção	1 001 778,44	0,00

(valores em euros)

17 Contratos de construção

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos dos contratos de construção, foi adotado o método da percentagem de acabamento. Assim, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos até à data do balanço e os gastos totais estimados das obras. (Ver também nota 3.2.17).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa tinha as suas contas influenciadas pelos seguintes valores, referentes a contratos de construção:

Rubrica	2024	2023
Custos estimados	503 968 088,22	519 592 434,40
Custos incorridos em períodos anteriores	245 476 729,21	296 649 765,74
Custos incorridos no períodos	117 773 494,71	112 482 055,05
Custos incorridos acumulados	363 250 223,92	409 131 820,79
Valos do Contrato	617 158 411,69	590 430 050,94
Rédito de períodos anteriores	290 629 342,28	318 204 712,49
Rédito do período	129 413 875,82	124 278 971,14
Rédito acumulado	420 043 218,10	442 483 683,64
Quantia de adiantamentos recebidos	4 870 560,07	5 075 639,99
Quantia de retenções	1 186 825,17	1 298 624,03

(valores em euros)

18 Rêdito

As vendas e as prestações de serviços registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 foram como segue, por mercados:

	2024			2023		
Mercado	Vendas	Prestação de Serviços	Total	Vendas	Prestação de Serviços	Total
Mercado nacional						
Portugal	85 000,00	89 400 478,39	89 485 478,39	0,00	86 077 423,79	86 077 423,79
Sub-total	85 000,00	89 400 478,39	89 485 478,39	0,00	86 077 423,79	86 077 423,79
Mercado extra-comunitário						
Moçambique	0,00	11 850 462,64	11 850 462,64	0,00	3 534 346,13	3 534 346,13
Zâmbia	0,00	728 983,05	728 983,05	0,00	391 342,99	391 342,99
Gana	0,00	26 331 826,79	26 331 826,79	0,00	31 466 409,48	31 466 409,48
Honduras	0,00	454 846,81	454 846,81	0,00	1 578 052,85	1 578 052,85
El Salvador	0,00	426,54	426,54	0,00	2 699,20	2 699,20
Sub-total	0,00	39 366 545,83	39 366 545,83	0,00	36 972 850,65	36 972 850,65
Total Geral	85 000,00	128 767 024,22	128 852 024,22	0,00	123 050 274,44	123 050 274,44

(valores em euros)

19

Provisões

O movimento ocorrido nas provisões nos períodos de 2024 e 2023 foram como segue:

Numa empresa de construção, uma provisão para contrato oneroso é registada quando os custos estimados para terminar uma obra são superiores ao valor que será recebido pelo contrato, ou seja, quando se prevê prejuízo. Nesse caso, a empresa reconhece uma despesa no resultado e um passivo no balanço (provisão). Se os custos aumentarem, a provisão também é aumentada. Se mais tarde os custos previstos diminuírem, a empresa pode reverter parte ou toda a provisão, registando um ganho no resultado.

Provisões	2024	2023
Garantias a clientes		
Saldo inicial	47 004,55	47 004,55
Reversões	0,00	0,00
Saldo final	47 004,55	47 004,55
Contratos onerosos		
Saldo inicial	9 578,28	153 694,27
Aumento	51 709,78	9 578,28
Reversões	8 841,48	126 516,83
Outras regularizações	0,00	-27 177,44
Saldo final	52 446,58	9 578,28
SALDO GLOBAL FINAL	99 451,13	56 582,83

(valores em euros)

Provisões	2024	2023
Garantias a clientes		
Reversões	0,00	0,00
Contratos onerosos		
Aumento	51 709,78	9 578,28
Reversões	8 841,48	126 516,83
Saldo final	42 868,30	-116 938,55

(valores em euros)

20 Passivos contingentes

A 31 de Dezembro de 2024 a empresa tem dois processos fiscais com a Autoridade Tributária relativamente a IRC dos anos de 2015 e 2017, no valor de 228.869,65€ e 223.661,95€, respetivamente, no entanto, não se prevê que estas situações resultem em impacto negativo no futuro.

No obstante, para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à Empresa relativos à dívida de IRC de 2015 e 2017, foram emitidas duas garantias bancárias, a favor da Autoridade Tributária, cujo valor, a 31 de dezembro de 2024, ascendia a 124 e 283 milhares de euros, respetivamente.

21 Imposto sobre o rendimento

Reconciliação do imposto sobre o rendimento dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Rubrica	2024	2023
Resultado antes de Impostos	4 343 647,61	3 267 512,52
Acréscimos à matéria colectável	30 471 852,87	22 725 179,43
Deduções à matéria colectável	30 896 781,16	22 444 800,54
Lucro/Prejuízo Fiscal	3 918 719,32	3 547 891,41
Dedução de Prejuízos Fiscais	0,00	0,00
Matéria Colectável	3 918 719,32	3 547 891,41
Coleta	822 931,06	745 057,20
Derrama Estadual	72 561,58	61 436,74
DTJI - art. 91	-895 492,64	-806 493,94
Benefícios Fiscais	0,00	0,00
Derrama	51 823,35	41 791,50
DTJI - Países com CDT e quando DTJI	-51 823,35	-8 200,62
> Coleta		
Tributação Autónoma	186 834,84	203 097,25
Estimativa imposto corrente do exercício	1 134 150,83	236 835,09
Imposto diferido	-818 443,85	32 468,79
Ajustamentos estimativas ex. anteriores	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento	315 706,98	269 303,88
Taxa média	8,06%	7,59%

(valores em euros)

A estimativa do imposto corrente, resultou do somatório dos valores da coleta, das tributações autónomas e da derrama.

O imposto a pagar, em 2024, foi significativamente influenciado por deduções que resultam da dupla tributação jurídica internacional (sucursais), no montante de 947.315,99€. A este respeito importa destacar que, não obstante a dedução em 2024 transita, ainda, um valor considerável de reporte para os exercícios seguintes de 1.925.133,83€.

O imposto diferido, em 2024, ficou a dever-se a vários fatores, nomeadamente, ao reconhecimento de Benefícios Fiscais, nomeadamente CFEI II, SIFIDE e IFR, de reservas de reavaliação, à alteração dos montantes das provisões para contratos onerosos, e ao impacto do lucro imputado não distribuídos de empresas participadas e de ACEs.

Benefícios Fiscais
CFEI II

A Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho, da Assembleia da República, procedeu à 2ª alteração do OE 2020 (Lei 2/2020, de 31 de março). Esta lei aprova, no seu artº 16, o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), nos termos do seu anexo V.

O CFEI II aplica-se a investimentos em ativos de exploração realizados entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021. Abrange todos os sectores de atividade. Não está sujeito a regras de auxílios minimis. Traduz-se numa dedução direta à coleta de 20% do investimento realizado até ao limite de 70% da coleta. O que não puder ser deduzido no próprio exercício, pode ser deduzido nos 5 exercícios seguintes. Do total do crédito total a utilizar, no montante de 251.630,72 euros, 122.732,63 euros poderá ser utilizado em 2025 e 128.898,09 euros em 2026.

Em 2020, a empresa investiu entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2020 a importância de 2.034.631,21€, à qual correspondia um benefício total de 406.926,24€. No entanto, por lapso, a empresa declarou um investimento menor, tendo apenas usufruído de uma dedução à coleta no montante

de 180 595,62€. Tal situação foi objeto de reclamação graciosa, a qual foi favorável à empresa em 2 de março de 2023, sendo que esta terá direito ainda a uma dedução no valor de 226.330,62€.

Em 2021 a empresa investiu entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021 a importância de 644 490,45€, cujo benefício foi de 128 898,09€, a reportar para o exercício seguinte, conforme abaixo indicado:

Ano de investimento	Investimento valor aquisição	Dedução á coleta 20%	Dedução á coleta do exercício	Saldo que transita para período seguinte
2021	644.490,45	128.899,09	0,00	128.898,09

(valores em euros)

IFR

A empresa, em 2022, incorreu em investimentos suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Incentivo Fiscal à Recuperação, ao abrigo do artigo 307º do OE 2022, sendo que o valor do benefício fiscal ascendeu a 255.417,41€. Em virtude de não ter sido ainda deduzida qualquer parcela deste montante, o mesmo continua em reporte para o exercício seguinte, tendo como limite de utilização o ano de 2027.

SIFIDE

De acordo com a Lei que rege o SIFIDE II (Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 junho, aprovado em Diário da República, 1.ª série – N.º 114 – 17 de junho de 2013).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 65.655,24€, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014, tendo-lhe sido atribuído em abril de 2023 um crédito fiscal no montante de 21.337,95€.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 205.749,91€, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014 tendo-lhe sido atribuído em fevereiro de 2024 um crédito fiscal no montante de 153.329,87€.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 240.525,69€, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014 tendo-lhe sido atribuído em janeiro de 2025 um crédito fiscal no montante de 135.218,77€.

Ativos e passivos
diferidos (balanço)

Os ativos e passivos por impostos diferidos referem-se a:

Rubrica	2022		2022	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Benefícios Fiscais	816 934,72			
Depreciações não ded	268 508,66			
Provisões	16 148,35		13 528,96	
Reservas de reavaliação legal		7 363,20		7 470,58
Reserva de reavaliação livre		4 490 693,30		4 241 986,07
Proveitos financeiros lucros a distribuir	5 734,11	10 525,62	5 567,21	9 141,08
	1 107 325,84	4 508 582,12	19 096,17	4 258 597,73

(valores em euros)

Em 31 de dezembro de 2024 procedeu-se à reavaliação dos edifícios, equipamentos básico e de transporte (Nota 8.2). Esta reavaliação originou a criação de impostos diferidos passivos de 4 490 693,30 euros.

Foram considerados em 2024 os ativos por impostos diferidos relativos aos benefícios fiscais: CFEI II (251.630,72 euros); SIFIDE II (309 886,59 euros) e IFR (255 417,41 euros) e depreciações não dedutíveis (Gana).

22 Efeito das alterações das taxas de câmbio

As cotações utilizadas para converter para euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos períodos findos naquelas datas:

Cotação de fecho	31.12.2024	31.12.2023	Var.
Divisa	1 EURO	1 EURO	
USD	1,039	1,11	-6,4%
Novo Leu (Roménia)	4,974	4,980	-0,1%
Kwanzas (Angola)	947,477	930,960	1,8%
Meticais (Moçambique)	65,730	69,87	-5,9%
Kwacha Zambiano	28,907	28,36	1,9%
CVE (Escudo Caboverdiano)	110,265	110,265	0,0%
HNL (Lempiras Honduras)	26,300	27,21	-3,3%
CFA (Francos Senegal)	655,957	655,957	0,0%
NIO (Córdoba Nicarágua)	38,024	40,00	-4,9%
GHS (Cedis Gana)	15,220	13,15	15,7%

(valores em euros)

O impacto das alterações das cotações cambiais na demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram as seguintes:

Diferenças de câmbio	2024			2023		
	Positivas	Negativas	Saldo	Positivas	Negativas	Saldo
Portugal	366 744,17	426 690,03	-59 945,86	245 170,63	152 797,29	92 373,34
Sucursais						
Moçambique	1 236 214,40	103 217,72	1 132 996,68	410,98	630 369,44	-629 958,46
Zâmbia	11 055,29	64 860,39	-53 805,10	22 834,77	1 312 920,66	-1 290 085,89
Gana	2 094 954,51	419 539,05	1 675 415,46	5 054 557,53	5 228 400,26	-173 842,73
Honduras	100 993,38	73 773,87	27 219,51	47 367,85	451,03	46 916,82
El Salvador	0,00	6 734,68	-6 734,68	28 304,33	0,00	28 304,33
Nicarágua	0,00	0,00	0,00	301,43	42 363,77	-42 062,34
Sub-total	3 443 217,58	668 125,71	2 775 091,87	5 153 776,89	7 214 505,16	-2 060 728,27
Total Geral	3 809 961,75	1 094 815,74	2 715 146,01	5 398 947,52	7 367 302,45	-1 968 354,93

(valores em euros)

23

Instrumentos
Financeiros

Os ativos e passivos financeiros, correntes não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a seguinte decomposição:

23.1

Ativos financeiros

Cientes

As dívidas de clientes em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 apresentam-se assim:

Rubrica	2024	2023
Cientes:		
Cientes c/c	45 377 137,03	41 652 552,95
Cientes – retenções de garantia	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	473 623,48	473 623,48
Perdas por imparidades acumuladas	-473 623,48	-473 623,48
TOTAL	45 377 137,03	41 652 552,95

Em 2023 ocorreu a reversão de uma imparidade no montante de 1.242.596,01 euros (ver nota 13).

(valores em euros)

Adiantamento a
fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores que na construção se referem aos pagamentos antecipados realizados aos seus fornecedores de materiais, serviços ou subempreitadas, antes da entrega efetiva dos bens ou da execução dos serviços contratados, representaram em 2024 o montante de 752 856,89€, um aumento face aos 417 229,53€ de 2023. Do valor em aberto em 2024, constatamos que 307 003,82€ referem-se às obras internacionais e o restante valor a obras nacionais.

Estado e outros entes públicos

As dívidas do estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 apresentam-se assim:

Rubrica	2024	2023
Ativo corrente:		
Imposto sobre rendimento	4 085 490,81	2 140 266,11
Imposto sobre valor acrescentado	215 237,42	641 900,37
TOTAL	4 300 728,23	2 782 166,48

(valores em euros)

Reconciliação das dívidas do estado e outros entes públicos dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

O valor de imposto sobre o rendimento mais relevante resulta do valor determinado no Gana no valor de 3.408 mil euros.

	2024	2023
Impostos sobre rendimento	4 085 490,81	2 140 266,11
Pagamentos por conta	0,00	117 642,00
Imposto apurado no exercício	568 733,63	-236 835,09
Retenções na fonte	0,00	19 748,33
Imposto retido Estrangeiro	0,00	8 200,62
Imposto apurado GH	3 408 497,22	2 003 616,64
Imposto apurado SV	0,00	0,00
Imposto HN	16 975,23	146 523,52
Imposto Moçambique	68 761,67	58 847,03
IRC Sede - Anos anteriores	0,00	0,00
Imposto retido Out. Países	22 523,06	22 523,06
Imposto sobre o valor acrescentado	215 237,42	641 900,37
IVA - A pagar	-730 053,25	0,00
IVA - Reembolsos pedidos	945 290,67	641 900,37
TOTAL	4 300 728,23	2 782 166,48

(valores em euros)

Outros Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 as rubricas Outros Créditos a receber (corrente e não corrente) tinham a seguinte decomposição:

Rubrica	2024	2023
Ativo corrente:		
Adiantamentos ao pessoal	75 970,95	29 588,38
Devedores por acréscimo de rendimento	28 098 309,66	32 940 893,62
Outros devedores	6 875 948,67	6 529 236,04
Retenções Garantias de clientes	1 186 825,17	1 298 624,03
Estado	329 974,33	167 693,61
Outros	5 359 149,17	5 062 918,40
TOTAL	35 050 229,28	39 499 718,04

(valores em euros)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Devedores por acréscimo de rendimentos” incluem um montante de 27.987 e 32.857 milhares de euros, respetivamente, resultante da aplicação do método do grau de acabamento.

O valor dos “Outros”, no montante de 5.359.149,17€, em 2024 e à semelhança do verificado em 2023, tem como principal origem saldos devedores com partes relacionadas, participadas e retenções de obras em Moçambique.

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de diferimentos tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2024	2023
Ativo Corrente:		
Gastos a reconhecer	1 227 916,58	1 190 401,48

(valores em euros)

As principais rubricas de gastos a reconhecer resultam dos custos associados com garantias bancárias e seguros, no montante de cerca de 326 mil euros e 377 mil euros, respetivamente.

Inclui ainda o valor de 112 mil euros referente à atividade em Portugal, o valor 196 mil euros do ACE FEAG e o valor de 141 mil euros da sucursal de Moçambique.

Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de outros ativos financeiros tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2024	2023
Ativo Corrente:		
Explorer Growth fund	100 706,76	143 489,88

(valores em euros)

A redução do justo valor da participação no fundo “Explorer Growth fund II ” é uma consequência da política de distribuição de dividendos do fundo de que a empresa tem beneficiado.

23.2 Passivos financeiros

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de fornecedores tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2024	2023
Passivo corrente:		
Fornecedores c/c	36 496 321,14	38 637 589,25
Fornecedores - títulos a pagar	578 458,36	859 552,54
TOTAL	37 074 779,50	39 497 141,79

(valores em euros)

Adiantamento de clientes

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de adiantamento de clientes tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2024	2023
Passivo corrente:		
Adiantamento de clientes	4 870 560,07	5 075 639,99

(valores em euros)

O valor dos “adiantamentos de clientes” em 2024 referem-se a clientes nacionais de 2 980 828,30€ e clientes de obras em Moçambique de 1 889 731,77€ que se prevê regularizar em 2025.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de estado e outros entes públicos tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2024	2023
Passivo corrente:		
Retenção I. sobre rendimento	220 023,36	197 997,99
Contribuição para a S. Social	1 297 581,30	1 909 351,16
TOTAL	1 517 604,66	2 107 349,15

(valores em euros)

No final de 2024 existiam em acordo de pagamento com a segurança social o montante de 627 mil euros.

Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de financiamentos obtidos tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2024	2023
No Passivo não corrente:		
Empréstimos bancários	3 140 318,83	6 112 154,89
Outros Financiamentos	1 552 778,00	7 921 859,97
Papel Comercial	4 000 000,00	0,00
Locações financeiras	1 763 520,00	1 227 858,08
Empréstimo Obrigacionista	600 000,00	1 800 000,00
Sub-total	11 056 616,83	17 061 872,94
No Passivo corrente:		
Empréstimos bancários	2 792 804,29	3 373 431,32
Outros Financiamentos	28 875 473,59	18 592 236,14
Locações financeiras	1 419 418,53	1 061 021,52
Empréstimo Obrigacionista	1 200 000,00	1 200 000,00
Papel Comercial	1 000 000,00	5 000 000,00
Participantes de capital	24 928,25	0,00
Sub-total	35 312 624,66	29 226 688,98
TOTAL	46 369 241,49	46 288 561,92

(valores em euros)

A taxa de juro média que resulta da relação dos juros suportados face aos financiamentos obtidos, no período foi de 7,8% (7,9 % em 2023).

Os financiamentos obtidos que têm plano de reembolso definidos apresentam os seguintes prazos de reembolso:

Rubrica	2025	2026	2027	2028	2029
Plano de reembolso:					
Empréstimos bancários médio e longo prazo	2 792 804,29	2 162 541,39	577 777,44	300 000,00	100 000,00
Factoring	397 222,41	433 333,32	433 333,32	433 333,32	252 777,77
Locações financeiras	1 419 418,53	911 437,69	466 801,33	267 887,98	117 393,00
Papel Comercial	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00
Empréstimo Obrigacionista	1 200 000,00	600 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6 809 445,23	5 107 312,40	2 477 912,09	2 001 221,30	1 470 170,77

(valores em euros)

Os financiamentos obtidos considerados no quadro acima incluem aqueles para os quais existem um plano de pagamento programado, sendo, por isso, excluídos os financiamentos obtidos cuja amortização estará dependente de recebimentos de clientes (factoring) ou emissão de faturas (empréstimos associados a obras de construção).

Relativamente ao contrato relativo ao Papel Comercial, foi emitido no final de 2024 um novo programa de papel comercial por um montante de 5 milhões de euros e por um período de 5 anos, vencimento em 2029, com um plano de

amortização anual de um milhão de euros.

Relativamente às garantias prestadas, ver nota 24 do presente Anexo.

Os covenants associados a alguns contratos são, no essencial, correspondentes a: Owership clause, Negative Pledge e Pari-passu.

Em 2023 e 2024 procedeu-se à compensação de financiamentos de 2,9 MUSD e 4,6 MUSD, respetivamente, com o seu colateral de igual montante em depósitos a prazo. Em 2023 e 2024 considerou-

-se sem recurso o financiamento de uma remessa de exportação do Gana no montante de 2,4M€ e 4,0M€, respetivamente, para a qual existe um seguro de crédito com garantia do estado português.

Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2024	2023
Outras dívidas a pagar não correntes:		
Adiantamento de clientes	0,00	0,00
Outros credores	3 140 523,01	1 854 725,84
TOTAL	3 140 523,01	1 854 725,84
(valores em euros)		
Outras dívidas a pagar correntes:		
Remunerações a pagar	9 066,83	38 600,38
Credores por acréscimos gastos	2 905 822,79	2 198 401,39
Outros credores	1 678 319,13	2 866 094,90
Resultados atribuídos a acionistas	12 763,29	12 908,29
Outras operações com acionistas		
TOTAL	4 605 972,04	5 116 004,96
(valores em euros)		

Credores por acréscimos de gastos referem-se, no essencial, a estimativa de férias e subsídio de férias, a liquidar em 2025.

O valor dos “outros credores” não correntes no montante de 3.140.523,01€ em 2024 referem-se aos adiantamentos de clientes e às

retenções de fornecedores que se prevê regularizar a partir de 2026. O valor de outros em correntes no montante de 1.679.119,29€ de 2024 refere-se sobretudo às retenções de fornecedores que se prevê regularizar em 2025.

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2024	2023
No passivo corrente:		
Rendimentos a reconhecer	1 298 788,63	1 083 382,63
(valores em euros)		

O saldo decorre da aplicação do método da percentagem de acabamento, sendo que o principal contributo para este valor resulta do rendimento a reconhecer da obra do IP2-Variante de Évora com 886 mil euros.

24

Garantias e compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa tinha prestado garantias bancárias e seguros de caução a terceiros, como segue:

Rubrica	2024	2023
Garantias	51 663 476,03	54 949 488,16
Seguros de caução	57 317 605,34	47 066 028,00
TOTAL	108 981 081,37	102 015 516,16

(valores em euros)

As garantias bancárias e seguros de caução foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

Desagregação por geografia:

Rubrica	2024	2023
Portugal		
Garantias	42 113 595,20	51 320 844,00
Seguros de caução	28 817 605,34	18 566 028,00
Sub-total	70 931 200,54	69 886 872,00
Moçambique		
Garantias	9 549 880,83	3 628 644,16
Sub-total	9 549 880,83	3 628 644,16
Ghana		
Seguros de caução	28 500 000,00	28 500 000,00
Sub-total	28 500 000,00	28 500 000,00
TOTAL	108 981 081,37	102 015 516,16

(valores em euros)

Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à Empresa relativos à dívida de IRC de 2015 e 2017, foram emitidas duas garantias bancárias, a favor da Autoridade Tributária, cujo valor, a 31 de dezembro de 2024, ascendia a 124 e 283 milhares de euros, respetivamente.

Hipotecas

Para garantia da globalidade dos empréstimos de curto, médio e longo prazo, bem como garantias bancárias prestadas pelo Banco Santander Totta, foi onerado o edifício da Sede da Empresa, através de hipoteca a favor deste banco, pelo montante de 18.763.000,00€.

25 Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de capital próprio eram as seguintes:

Rubrica	2024	2023
Capital subscrito	5 000 000,00	5 000 000,00
Acções (quotas) próprias	(500 000,00)	(500 000,00)
Reservas legais	1 000 000,00	1 000 000,00
Outras reservas	10 674 001,94	10 674 001,94
Resultados transitados	13 139 505,46	12 797 795,01
Excedentes de revalorização	20 046 368,84	17 771 521,36
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	(19 185 991,25)	(19 349 097,99)
	30 173 884,99	27 394 220,32
Resultado líquido do período	4 027 940,63	2 998 208,64
	34 201 825,62	30 392 428,96
TOTAL CAPITAIS PROPRIO	34 201 825,62	30 392 428,96

(valores em euros)

Capital subscrito

O capital social da empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado e está representado por 1.000.000 de ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Reserva legal era de 1.000.000,00€, encontrando-se totalmente constituída segundo a legislação comercial.

Outras reservas

O montante de outras reservas que totaliza 10.674.001,94€, inclui o valor de 1.063.891,75€ referente aos excedentes de reavaliação legal ao abrigo do decreto-lei 49/91 e 264/92, os quais já se encontram realizados nos termos da regulamentação contabilística aplicável. Este montante (1.063.891,75 euros) só poderá ser utilizado em futuros aumentos de capital.

Excedente revalorização

O excedente de revalorização apresentado resulta das reavaliações identificadas na nota 8.2 deduzido do respetivo passivo por imposto diferido.

Ajustamentos/outras variações no capital próprio

O valor apresentado nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, no montante de -19.185.991,25€ e -19.349.097,99€, corresponde essencialmente aos ajustamentos efetuados às participações financeiras detidas pela empresa, resultante da aplicação do MEP (método da equivalência patrimonial) ao longo dos anos.

Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 26 de julho de 2024, foram aprovadas as contas do período 2023 e foi decidido que o Resultado Líquido apurado no montante 2.998.208,64€ (dois milhões novecentos noventa oito mil duzentos e oito euros e sessenta quatro centimos) fosse levado para Resultados Transitados.

26

Ganhos/
Perdas
imputados de
subsidiárias, associadas
e empreendimentos
conjuntos

Os Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos desenvolviam-se da forma seguinte em 31 de Dezembro de 2024 e 2023:

Rubrica	2024	2023
Rendimentos e ganhos pela aplicação método equivalência patrimonial	141 953,94	87 885,70
Outros rendimen- tos e ganhos	1 790,18	0,00
Dividendos obtidos	82 455,12	83 204,56
Gastos e perdas pela aplicação do método da equivalência patrimonial	-10 822,61	-26 069,68
Outros gastos e perdas	0,00	-1 013,54
TOTAL	215 376,63	144 007,04

(valores em euros)

27

Fornecimentos e
serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 o valor dos Fornecimentos e serviços externos registavam os valores constantes do quadro abaixo, por rubricas:

Rubrica	2024	2023
Subcontratos	44 826 761,42	39 650 901,38
Trabalhos especializados	4 304 020,96	1 977 233,50
Publicidade e propaganda	22 961,99	29 008,19
Vigilância e segurança	676 886,83	657 801,16
Honorários	14 746,08	21 864,04
Conservação e reparação	2 835 016,55	1 851 248,65
Ferramentas e utens desg rap	288 509,32	549 899,79
Livros e doc técnica	20 954,14	7 847,18
Material de escritório	51 567,08	52 408,96
Artigos para oferta	13 578,34	39 863,59
Material limp, hig e conforto	74 324,03	23 383,32
Outros materiais	15 699,08	11 436,79
Electricidade	245 589,71	208 176,44
Combustíveis	291 280,56	143 852,22
Água	101 852,16	82 333,77
Óleos	7 904,14	6 056,35
Gás	18 106,27	14 859,82
Deslocações e estadas	2 779 947,65	2 813 201,03

(valores em euros)

Rubrica	2024	2023
Transportes de pessoal	5 479,31	1 604,75
Transportes de mercadorias	21 484,37	4 648,05
Outros transportes	23 037,68	54 481,09
Rendas e alugueres	4 617 312,10	5 663 682,11
Comunicação	134 891,00	106 836,72
Seguros	889 493,78	834 367,25
Contencioso e notariado	557 621,79	331 130,76
Despesas de representação	17 569,48	23 804,61
Limpeza. Higiene e conforto	94 637,76	96 741,10
Outros serviços	250 802,61	176 151,88
TOTAL	63 202 036,19	55 434 824,50

(valores em euros)

Em 2024 as principais variações nos fornecimento e serviços externos foram nos subcontratos, em particular em Moçambique associados às obras locais enquanto nos trabalhos especializados e na conservação e reparação, o aumento ficou a dever-se às obras do Ghana e Moçambique.

28

Gastos com o pessoal

28.1. Os gastos com o pessoal contabilizados nos períodos de 2024 e 2023 foram os seguintes, de forma desagregada:

Rubrica	2024	2023
Remunerações órgãos sociais	356 427,81	361 300,03
Remuneração do pessoal	15 925 010,74	14 497 965,69
Indeminizações	176 291,59	130 658,01
Encargos sobre remunerações	2 853 999,62	2 758 581,03
Seguros de acid trab doenç prof	445 007,63	222 610,68
Gastos de acção social	252 347,54	103 730,34
Outros gastos com pessoal	163 232,57	68 023,85
TOTAL	20 172 317,50	18 142 869,63

(valores em euros)

O número médio de trabalhadores em 2024, de 382 em Portugal, 143 em Moçambique, 31 na Zâmbia, 1 nas Honduras e 237 no Gana.

28.2. Em 2024 as remunerações dos órgãos sociais foram de:

Conselho de administração	356.427,81€
Conselho fiscal	3.000,00€

29

Outros rendimentos e outros gastos

Durante o período de 2024 e 2023 foram evidenciados outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas de acordo com a desagregação seguinte:

Rubrica	2024	2023
Outros rendimentos:		
Rendimentos suplementares	1 030 691,88	2 118 299,61
Desc pronto pag obtidos	3 416,54	1 090,47
Diferenças de Câmbio Favoráveis	3 809 961,75	5 398 947,52
Outros rendimentos e ganhos	1,59	215,83
Rend e ganh inv não financ	249 970,68	266 762,88
Juros obtidos	93 416,13	89 705,28
Outros	1 716 106,72	1 993 654,10
Dos quais:		
Corr relat.exec ant.	19 687,96	18 155,55
Outros n. especificados	936 972,93	50 117,16
Benefícios de Penalid. Contrat.	25 000,00	960 700,81
Recuperação desp. Financ.	39 298,87	863 080,96
Excesso estimativa impostos	146,96	101 599,62
Outros	695 000,00	0,00
TOTAL	6 903 565,29	9 868 675,69

(valores em euros)

Rubrica	2024	2023
Outros gastos:		
Impostos	517 833,99	458 872,58
Desc pronto pag concedidos	68,31	259,62
Juros de mora e compensatórios	215 259,71	106 427,86
Outros juros	488 751,02	424 550,93
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 094 815,74	7 367 302,45
Comissões bancárias	830 993,14	636 909,25
Outros gastos e perdas financiamento	442 920,75	494 693,44
Outros	934 241,07	678 969,71
Dos quais:		
Donativos	31 212,83	24 061,95
Quotizações	6 171,97	4 777,48
Insuficiência estimativa IRC	128 007,99	0,00
Multas e penalidades	521 745,98	92 711,79
Correções exerc anteriores	10 901,47	428 418,83
TOTAL	4 524 883,73	10 167 985,84

(valores em euros)

As diferenças cambiais (rendimentos e gastos) encontram identificadas por geografia na nota 22.

Outras rubricas relevantes, nos rendimentos, os proveitos suplementares que resultam de atividades em obra (mão-de-obra, gásóleo, máquinas, materiais, etc.), a rubrica outros não especificados (936.972,93 €) que referem-se a principalmente a indemnizações com clientes e a regularizações de saldos, a rubrica de outros rendimentos com a importância de 695.000,00€, resulta da venda da participação na Euroscut Açores Sociedade Concessionária da SCUT dos Açores, S.A., em Setembro de 2024, e do lado dos gastos as despesas com garantias bancárias das obras e penalidades.

30 Juros e rendimentos e gastos similares

Nos anos de 2024 e 2023 registaram-se juros e gastos similares nos valores e com a desagregação abaixo referidos:

Rubrica	2024	2023
Juros e custos similares:		
Juros suportados	3 636 121,01	3 640 716,10
Diferenças câmbio ref fin obtidos	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financ		
Relativos a financ obtidos	1 743 172,49	1 667 777,99
TOTAL	5 379 293,50	5 308 494,09

(valores em euros)

31 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Informa-se ainda que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A remuneração atribuída ao revisor oficial de contas foi de 20.400,00 € em 2024 igual ao valor de 2023.

32 Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos até à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024.

Após o encerramento do período e até à data de elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de alterar de forma relevante a situação patrimonial e financeira da empresa, com exceção do contexto de incerteza geopolítica, marcado pelos conflitos na Ucrânia e na Faixa de Gaza, que têm afetado negativamente a procura externa dos principais parceiros de Portugal, especialmente na Área do Euro. No plano interno, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou em 2025 um ciclo de reduções das taxas de juro, reduzindo a taxa de depósito de 2,75 % para 2,50 % (em março), depois para 2,25 % (abril) e, mais recentemente, para 2,0 % em junho, completando a oitava descida consecutiva desde junho de 2024. Estes cortes visam apoiar o crescimento interno num ambiente de inflação próximo do objetivo de 2 %. Em contrapartida, o BCE adota uma postura cautelosa, orientada pelos dados

("meeting by meeting") e sinaliza uma possível pausa após o corte de junho, ficando em aberto apenas mais um corte antes do final do ano. A nível nacional, esta orientação deverá contribuir para melhorar as condições de financiamento, estimulando investimento e consumo. Além disso, espera-se uma aceleração na execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com pico previsto em 2026, e a inflação deverá continuar a descer, aproximando-se dos valores alvo do BCE. Estes fatores deverão reforçar o rendimento real das famílias e apoiar o consumo interno. No médio prazo, e na ausência de choques adicionais, estima-se que a economia portuguesa cresça cerca de 2,0 % em termos reais.

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. está a acompanhar de perto a evolução da situação. Contudo e como ainda estamos numa fase de constante mudança, grande indefinição e incerteza, teremos que ser prudentes, sobretudo porque desconhecemos o que ainda nos espera da evolução desta guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o conflito na Faixa de Gaza na Economia Mundial.

No entanto, a administração está convicta que a Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso dos pressupostos de continuidade das operações na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024, tal como descrito na nota 3.1.

33 Matérias ambientais

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de caráter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 332.545 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

34 Outras informações

Proposta de aplicação de resultados

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. no período económico findo em 31 de Dezembro de 2024 realizou um resultado líquido de + 4 027 940,63 Euros. A administração propõe aos acionistas que a esse resultado líquido apurado seja dada a seguinte aplicação:

Para resultados transitados o montante de 4 027 940,63 Euros.

Não se procederá à distribuição de dividendos do ano 2024 aos acionistas a fim de consolidar os capitais próprios.

35 Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de Junho de 2025.

4 Relatórios de Fiscalização

4.1 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

91

4.2 Certificação Legal de Contas (Auditores Estatutários)

92

4.1 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas da Sociedade
Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

De acordo com os estatutos, a fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral, bem como a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da sociedade Construções Gabriel A. S. Couto, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da empresa, tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificamos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificamos, quando julgamos conveniente, da forma que julgamos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificamos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificamos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada representação do património e dos resultados da sociedade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Confirmamos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguamos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade;
- Verificamos o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Avaliamos a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados - SROC, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuamos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração, dos Serviços e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as provas e os esclarecimentos considerados necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que foi efetuado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas nem ênfases.

Face ao exposto, decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas da Sociedade
Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

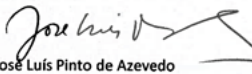
Procedemos à ação fiscalizadora de Construções Gabriel A. S. Couto, S.A., nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos do parecer que:

- O Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.
- Nada obsta à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

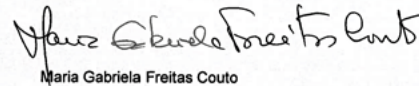
Vila Nova de Famalicão, 25 de Junho de 2025.

O Conselho Fiscal

Presidente:


José Luís Pinto de Azevedo

Vogal:


Maria Gabriela Freitas Couto

Vogal:


Alcino Alves Correia da Cruz

4.2 Certificação Legal de Contas (Auditores Estatutários)



Página 1 de 4

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 137.687.328,27 euros e um total de capital próprio de 34.201.825,62 euros, incluindo um resultado líquido de 4.027.940,63 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

TROFA
Rua Fernão Magalhães, nº 254, 2º - Sala 14
4785-319 Trofa, Portugal | Telefones: 252 400 780 / 919 543 847
E-mail: geral@afacsmoec.pt | www.afacsmoec.pt

Armindo Costa, Serrão Cruz, Martins e Associados, SROC
Contribuinte nº 502 154 870 | SROC inscrita na lista da ORDIC sob o nº 57 e na CMVM sob o nº 20161397
Sociedade Civil c/ Personalidade Jurídica | Capital Social: 32.500€



Página 2 de 4

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

TROFA
Rua Fernão Magalhães, nº 254, 2º - Sala 14
4785-319 Trofa, Portugal | Telefones: 252 400 780 / 919 543 847
E-mail: geral@afacsmoec.pt | www.afacsmoec.pt

Armindo Costa, Serrão Cruz, Martins e Associados, SROC
Contribuinte nº 502 154 870 | SROC inscrita na lista da ORDIC sob o nº 57 e na CMVM sob o nº 20161397
Sociedade Civil c/ Personalidade Jurídica | Capital Social: 32.500€



Página 3 de 4

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

TROFA
Rua Fernão Magalhães, nº 254, 2º - Sala 14
4785-319 Trofa, Portugal | Telefones: 252 400 780 / 919 543 847
E-mail: geral.trofa@acmroc.pt | www.acmroc.pt

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC
Contribuinte nº 502 154 870 | SROC inscrita na lista da GROC sob o nº 57 e na CMVM sob o nº 201607189
Sociedade Civil c/ Personalidade Jurídica | Capital Social 17.500€



Página 4 de 4

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Trofa, 25 de junho de 2025

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS – SROC

Representada por:

João Carlos do Sul Ribeiro - ROC nº 1106

(Inscrito na CMVM sob o n.º 20160718)

TROFA
Rua Fernão Magalhães, nº 254, 2º - Sala 14
4785-319 Trofa, Portugal | Telefones: 252 400 780 / 919 543 847
E-mail: geral.trofa@acmroc.pt | www.acmroc.pt

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC
Contribuinte nº 502 154 870 | SROC inscrita na lista da GROC sob o nº 57 e na CMVM sob o nº 201607189
Sociedade Civil c/ Personalidade Jurídica | Capital Social 17.500€

